



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO – PPMTUR**

WALESKA DINIZ SANTANA

CENÁRIOS ARQUITETÔNICOS DE TURISMO ACESSÍVEL DE SOL E PRAIA

ARACAJU

2019

WALESKA DINIZ SANTANA

CENÁRIOS ARQUITETÔNICOS DE TURISMO ACESSÍVEL DE SOL E PRAIA

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito à obtenção do grau de Mestre em Turismo, no Curso de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

Orientadora: Profa. Dra. Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

ARACAJU

2019

Santana, Waleska Diniz.
S231c Cenários arquitetônicos de turismo acessível de sol e praia / Waleska Diniz
Santana. – Aracaju, 2019.
109 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS. Mestrado Profissional em Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima.

1. Turismo acessível 2. Turismo de sol e praia 3. Infraestrutura específica 4 .
Cenário arquitetônico 5. Indicadores legais I. Instituto Federal de Educação
Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS II. Lima, Letícia Bianca Barros de Moraes
III. Título.

CDU 338.48-44

WALESKA DINIZ SANTANA

CENÁRIOS ARQUITETÔNICOS DE TURISMO ACESSÍVEL DE SOL E PRAIA

Dissertação de Mestrado defendido e aprovado em 10/05/2019, às 14:00 horas, no auditório do Campus Pronatec do Instituto Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Turismo, no Curso de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe.

Membros componentes da banca examinadora:

Prof^a. Dra. Letícia Bianca Barros de Moraes Lima

Orientadora

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS

Prof^a. Dra. Ana Maria de Souza Martins Farias

Universidade Federal de Sergipe - UFS

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Waleska Diniz Santana
Instituto Federal de Sergipe - IFS

Letícia Bianca Barros de Moraes Lima
Instituto Federal de Sergipe - IFS

A minha mãe, Gleide Diniz (in memória),
inspiração para continuar sempre!
Aos meus filhos Caio e Lara, meu incentivo
nas horas difíceis de desânimo e cansaço!

Agradecimentos

Agradeço à Deus por ter me dado saúde, luz e sabedoria para superar as dificuldades.

Foram muitas as pessoas, com simplicidade e dedicação, que me ajudaram nesse meu sonho pessoal de concluir um mestrado e não me deixando fracassar:

A Prof^a. Dra. Letícia Bianca Barros de Moraes Lima pela orientação fundamental na construção dessa dissertação e por sua amizade.

Prof. Dr. Lício Valério, Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar e Prof^a. Dra. Ana Maria Farias pela contribuição prestada na fase da qualificação que permitiu o aprimoramento deste trabalho.

As amigas, Kátia Rocha, Flávia Janólio, Claudeiza Siqueira, Andrea Bueno, Marilúcia Farias e Edilene Andrade pelo apoio, amizade e incentivo.

Em especial a amiga Lúcia Holanda, pelo carinho e apoio de mãe.

A todas as amigas do PPMTUR, em especial a Laís Cordeiro, pelos bons momentos juntas de aprendizagem.

Aos amigos Carla Andréa, Felipe Andrade e Fabiano Ferreira pelo incentivo e apoio técnico.

A Bayron Silva e toda equipe do Projeto estrela do Mar pelo acolhimento e disponibilização das informações necessárias.

RESUMO

O turismo demonstra ser um fator de crescimento na economia e sociedade mundiais. A sua atividade contribui para o desenvolvimento mais integrado e sustentado do destino turístico. O litoral brasileiro é amplo e constituem-se um espaço propício para práticas de lazer, atualmente muito explorado como potencial turístico de sol e praia. O progresso neste setor promove uma crescente preocupação em projetar e desenvolver destinos turísticos mais acessíveis a todos os turistas. Considerando que o turismo acessível de praia é um tema no qual as suas indignações e abordagens ainda são suficientemente discretas, as barreiras atitudinais e arquitetônicas são fatores que passam a impossibilitar a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade, com igualdade de oportunidades. Ao participar de algumas ações como voluntária do projeto Estrela do Mar em Aracaju-Se, uma ação que desenvolvem atividades de lazer na praia para pessoas com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, motivou-me a conhecer as necessidades relativas aos espaços adaptados às atividades de lazer propostas nas praias, bem como a acessibilidade turística nesse ambiente. Muitas vezes isto ocorre porque o ambiente foi constituído sem levar em consideração as diversidades humanas. É nesse ambiente de paisagem natural que o turismo acessível de praia necessita de infraestrutura específica. Esta é o principal objetivo deste trabalho, construir um cenário arquitetônico de turismo acessível de sol e praia que possa ser aplicado em todo litoral brasileiro. A pesquisa é de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, tem a forma qualitativa da oferta, que resulta na interpretação e domínio dos resultados obtidos. O cenário foi desenvolvido através da construção de indicadores baseados no cruzamento das informações das normas legais da NBR 9050/2204 na lei nº 13.146 / 2015, no estudo do desenho universal, nas cartilhas do Ministério do Turismo: Turismo e Acessibilidade, cartilha do Ministério das Cidades: Brasil Acessível, nas experiências aplicadas em algumas praias de Portugal, Espanha e França e em iniciativas sociais de acessibilidade de praias em algumas cidades do Brasil. A construção do cenário arquitetônico expande as oportunidades de turismo para pessoas com deficiência, garantindo uma experiência segura e agradável. Assim, o turismo é planejado para todos.

Palavras chaves: Turismo acessível, Turismo de sol e praia, Cenários arquitetônicos

ABSTRACT

Tourism proves to be a growth factor in the world economy and society. Its activity contributes to the more integrated and sustained development of the tourist destination. The Brazilian coast is wide and constitute a favorable space for leisure practices, currently widely explored as a tourist potential of sun and beach. Progress in this sector promotes a growing concern in designing and developing tourist destinations more accessible to all tourists. Considering that accessible beach tourism is a theme in which its outrages and approaches are still sufficiently discrete, attitudinal and architectural barriers are factors that make it impossible for people with disabilities to participate fully in society with equal opportunities. By participating in some actions as a volunteer for the Estrela do Mar project in Aracaju-Se, An action that develops leisure activities on the beach for people with some kind of physical disability or reduced mobility, motivated me to know the needs related to the spaces adapted to the leisure activities proposed on the beaches, as well as the tourist accessibility in this environment. This is often because the environment was constituted without regard for human diversity. It is in this natural landscape environment that accessible beach tourism needs specific infrastructure. This is the main objective of this work, to build an architectural scenery of accessible tourism of sun and beach that can be applied in all Brazilian coast. The research is applied in nature, since it aims to generate knowledge for practical application, has the qualitative form of the offer, which results in the interpretation and mastery of the results obtained. The scenario was developed through the construction of indicators based on the crossing of information from the legal norms of NBR 9050/2204 in Law No. 13.146 / 2015, in the study of universal design, in the booklets of the Ministry of Tourism: Tourism and Accessibility, the booklet of the Ministry of Tourism. Cities: Brazil Accessible, in the experiences applied in some beaches of Portugal, Spain and France and in social accessibility initiatives of beaches in some cities of Brazil. The construction of the architectural scene expands tourism opportunities for people with disabilities, ensuring a safe and enjoyable experience. Thus, tourism is planned for everyone.

Keywords: accessible tourism, sun and beach tourism, Architectural Scenery

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura da pesquisa.....	20
Figura 3: Linha do Tempo - Evolução histórica das normas de acessibilidade.....	25
Figura 4: Percentual da população por deficiência no Brasil.....	33
Figura 5: Pessoas com deficiência por idade no Brasil.....	34
Figura 6: Rampa de acesso a Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	50
Figura 7: Vaga para PNE. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	51
Figura 8: Sanitários adaptados. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	52
Figura 9: Sanitários - Vista interna. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	52
Figura 10: Salva vidas- Galardão. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	53
Figura 11: Adequação urbana. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	54
Figura 12: Rampa com corrimão, Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	55
Figura 13: acesso a faixa de areia, Praia de Cascais, Lisboa - Portugal.....	56
Figura 14: Acessibilidade Praia Fluvial de Lousã - Portugal.....	56
Figura 15: Acessibilidade, Praia de Albufeira, Algarves - Portugal.....	57
Figura 16: Praia acessível - Praia de Montegordo, Espanha.....	58
Figura 17: Praia acessível - Arona.....	59
Figura 18: Turismo & Handicap.....	60
Figura 19: Equipamentos especiais - França.....	61
Figura 20: Projeto Praia para Todos.....	62
Figura 21: Assistência no Projeto Praia para Todos.....	64
Figura 22: Jangadas adaptadas.....	65
Figura 23: Cadeiras anfíbio Projeto AC.....	66
Figura 24: Estrutura montada com toldo.....	67
Figura 25: Rampa de acesso.....	68
Figura 26: Vôlei sentado.....	68
Figura 27: Handbikers.....	69
Figura 28: Talassoterapia.....	70
Figura 29: Assistência ao Público.....	70
Figura 30: Bayron Silva, idealizador do projeto.....	72
Figura 31: Assistidos pelo projeto.....	73
Figura 32: Bar Solaruim.....	74
Figura 33: Rampa de Acesso.....	74
Figura 34: Estacionamento sinalizado.....	74
Figura 35: Quiosque de acolhimento.....	75
Figura 36: Cadeira Anfíbio.....	75
Figura 37: Assistência com Cadeira Anfíbio.....	76
Figura 38: Rampa de acesso a faixa de areia.....	77
Figura 39: bodyboarding com assistência.....	77
Figura 40: Vista aérea 01 do cenário.....	80
Figura 41: Vista aérea 02 do cenário.....	81
Figura 42: Vista aérea 03 do cenário.....	82
Figura 43: Faixa de Pedestre/ Passeio com Piso Tátil.....	82
Figura 44: Abrigo de ônibus.....	83
Figura 45: Estacionamento.....	84

Figura 46: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) 01	85
Figura 47: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) 02	85
Figura 48: Parque de Recreação.....	86
Figura 49: Parque das Águas	87
Figura 50: Quiosque Praia Bar	87
Figura 51: Área de jogos e redes	88
Figura 52: Banheiros adaptados.....	89
Figura 53: Posto de Salva vidas e guardaria.....	89
Figura 54: Faixa de areia acessível.....	90
Figura 55: Quiosque na Areia	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação entre os objetivos e as questões de pesquisa.	16
Quadro 2: Referência dos Títulos da Lei 13.146 nos Livros I e II.....	39
Quadro 3: Artigos da ABNT sobre acessibilidade	40
Quadro 4: Barreiras de acessibilidade segundo Manual de Orientações	42
Quadro 5: Barreiras de acessibilidade segundo Ministério das Cidades.....	43
Quadro 6: Princípios do desenho universal.....	45
Quadro 7: Indicadores do CTAP	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU - Organização das Nações Unidas

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

OMT - Organização mundial do turismo

ADA - Americans with Disabilities Act'

ECA - European Concept for Accessibility

DDA - Disability Discrimination Act

ABCB - Australian Building Codes Board

APPLA - Associação Portuguesa de Planeadores do Território

PENT - Plano Estratégico Nacional do Turismo

ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã

CVI – Centro de Vida Independente

CTAP - Cenário de Turismo Acessível de Sol e Praia

SIMPROMI - Sociedade Insular para Promover Pessoas com Deficiência

SUMÁRIO

ABSTRACT	9
1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Justificativa.....	15
1.2. Objetivos.....	15
1.2.1. Objetivo Geral	15
1.2.2. Objetivos específicos	16
1.3. Metodologia.....	17
1.3.1. Tipo de Pesquisa	17
1.3.2. Estrutura Metodológica da Investigação	17
1.3.3. Instrumentos da pesquisa.....	18
1.3.4. Estrutura do trabalho.....	19
2. TURISMO ACESSÍVEL	21
2.1. Acessibilidade: Breve Histórico e Conceito.....	21
2.2. Perfil dos visitantes e mercado.....	31
2.3. Legislações no Brasil	37
2.4. Barreiras na acessibilidade.....	41
2.5. Desenho Universal	44
3. TURISMO ACESSÍVEL DE SOL E PRAIA	47
3.1 . O turismo de sol e praia e seu mercado.....	47
3.2. Práticas Inclusivas: Casos em Portugal, Espanha e França	49
3.3. Experiências de praias acessíveis no Brasil	62
4. RESULTADOS	78
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE 1 - Entrevista com Ricardo Gonzalez (idealizador do Projeto praia para todos- Rj) concedida a Letícia Bianca de Moraes Lima	99
APÊNDICE 2 - Entrevista com Bayron Silva, idealizador do Projeto Estrela do Mar- Se, concedida a Waleska Diniz Santana em 25/09/2018	103

1. INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade econômica que se encontra em ampla expansão. Dumazedier (1994, p. 38) ressalta a importância da atividade turística no que tange ao lazer: “O turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”.

Sendo o lazer um direito de todos os cidadãos, assegurado pela constituição federal, o turismo é um bem cultural e social de importância fundamental, que deve estar ao alcance de todos cidadãos, sem que nenhum grupo da população seja excluído. Todavia, atualmente, o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos os cidadãos, em especial à pessoas com algumas limitações de natureza motora, visual, auditiva ou intelectual.

A inclusão de pessoas com deficiências ou mobilidade reduzidas nas atividades de turismo é uma questão de gestão pública e privada, e a inclusão social passa a ser um fator importante para o desenvolvimento de turismo local. Uma sociedade feita para todos é uma sociedade justa. O turismo acessível a todos os cidadãos passa a ter um reconhecimento a nível mundial, após ações da ONU, não apenas pela sua expressão social e demográfica, mas também pela capacidade e potencial econômico associado.

Incentivar a humanização, proteger a saúde e integridade física, promovendo o bem estar, são alguns dos objetivos alcançados quando se leva em consideração o problema da acessibilidade em projetos arquitetônicos e urbanísticos voltados para o turismo de praia. Nos espaços públicos a acessibilidade arquitetônica como as calçadas adaptáveis, sinalização sonora, rampas de acesso, estacionamentos privativos, entre outros, representa um fator preponderante para a autonomia destas pessoas no turismo (FEITOSA, 2010). Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante, atualizada por novas legislações e normas da ABNT.

O turismo acessível não se concentra em criar uma nova oferta turística, mas sim em potencializar as já existentes, e neste cenário constitui um desafio de adaptação para destinos turísticos maduros e consolidados. A essencial significância dessas ofertas é que o turismo passa a ser uma atividade possível de ser alcançada

por todas as pessoas independentemente de suas mobilidades, permitindo assim, a inserção social e melhoria na qualidade de vida das pessoas com deficiência.

O turismo acessível de praia apresenta-se como um grande desafio, e a falta de estrutura adequada para atender a este público ainda é uma barreira a ser vencida. O litoral brasileiro é amplo e constituem-se um espaço propício para práticas de lazer, atualmente muito explorado como potencial turístico de sol e praia.

É nesse ambiente de paisagem natural que o turismo acessível de praia necessita de infraestrutura específica. Esta é a principal proposta deste trabalho, conhecer e estruturar um referencial teórico para construir um cenário arquitetônico de turismo acessível de sol e praia, através de indicadores legais, que possa ser reproduzido em todo litoral brasileiro. Assim, o turismo poderá ser planejado para todos.

1.1. Justificativa

Ao participar de algumas ações como voluntária do projeto Estrela do Mar, uma ação realizada por cerca de 40 voluntários associados que desenvolvem atividades de lazer na praia para pessoas com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida, despertou-me o interesse como profissional da área de arquitetura em conhecer as dificuldades relacionadas as necessidades de espaços adaptados às atividades de lazer propostas nas praias, bem como a acessibilidade turística nesse ambiente.

Conhecer esse público e adaptar os serviços e estruturas às suas necessidades para que sejam atendidas de forma adequada são cometimentos imprescindíveis para a contribuição da inclusão social de pessoas com deficiências através do turismo.

Os argumentos que justificam esse trabalho está ancorado no potencial do turismo acessível e suas vantagens competitivas, auxiliando no desenvolvimento da oferta turística local e na ascensão da relevância ética e social.

1.2. Objetivos

1.2.1. Objetivo Geral

Considerando que o turismo acessível de praia é um tema no qual as suas indagações ainda são suficientemente discretas e levando em conta sua relevância

para o desenvolvimento do turismo acessível, tem-se como objetivo geral desta dissertação, propor cenários de turismo acessível de sol e praia que possam ser reproduzido no litoral do Brasil.

1.2.2. Objetivos específicos

Para atingir os resultados esperados no objetivo geral, algumas questões são levantadas e determinam-se cinco objetivos específicos:

- Identificar marcos históricos e legais de acessibilidade e turismo acessível no Brasil e no mundo
- Identificar experiências de práticas inclusivas nas praias acessíveis no Brasil e em países que desenvolvem o turismo acessível na Europa
- Elaborar indicadores de turismo acessível de sol e praia
- Apresentar um proposta arquitetônica utilizando o cenário de turismo acessível de praia

Como forma de levantar questões de pesquisa, foi criado o quadro 1 com os objetivos específicos a serem estudados e quais as pressupostas bases de ações investigativas para as indagações apresentadas.

Quadro 1: Relação entre os objetivos e as questões de pesquisa.

Objetivos	Questões de Pesquisa
Identificar marcos históricos e legais de acessibilidade no Brasil e no Mundo	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as leis e os direitos fundamentais de acessibilidade foram adquiridos ao longo do tempo? - Qual o marco legal do turismo acessível no mundo e no Brasil? - Qual o perfil de turista acessível e o mercado?
Identificar experiências de práticas inclusivas nas praias acessíveis no Brasil e na Europa	<ul style="list-style-type: none"> - Quais as condições de infraestruturas de turismo acessível de praia no Brasil? - Quais as dificuldades de acessibilidade nas praias? - Quais os projetos existentes de turismo acessível de praia no Brasil? - Quais os principais exemplos de turismo acessível na Europa?
Elaborar indicadores de turismo acessível de sol e praia.	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a importância do desenho universal para acessibilidade turística? - Quais os parâmetros de infraestrutura urbana, transporte e mobilidade devem ser atendidos?
Apresentar um proposta turística utilizando um cenário arquitetônico de turismo acessível de praia	<ul style="list-style-type: none"> - Quais os critérios arquitetônicos devem ser contemplados em um projeto turístico de acessibilidade de praia? - Como os equipamentos turísticos? devem ser adequados para atender a acessibilidade de praia?

Fonte: elaborada pela autora

A busca da compreensão dos objetivos, produz questões de pesquisas com elementos suficientes para atingir o objetivo principal do estudo, que é propor um

cenários arquitetônicos de turismo acessível de sol e praia , que possa ser reproduzido e utilizado em qualquer praia do país, atingindo assim a questão principal proposta deste trabalho.

1.3. Metodologia

1.3.1. Tipo de Pesquisa

Para o desenvolvimento deste estudo, neste momento é apresentada a metodologia de investigação adotada e a descrição dos procedimentos metodológicos, através dos métodos, técnicas e instrumentos, visando assim estabelecer uma ligação entre o estado da arte e a aplicabilidade de sua proposta.

Quanto aos seus fins, o estudo realizado tem uma concepção fenomenológica por intermédio do conhecimento do homem como base essencial para elaboração de projetos. "A partir da concepção de que a experiência também é um dos elementos principais do turismo, a fenomenologia passou a ser aplicada nos estudos sobre o turismo" (PANOSSO NETTO, NECHAR, 2014, p. 131). Segundo Dencker (2007), através das ciências sociais o homem procura perceber a realidade, antever os acontecimentos e arquitetar renovados panoramas sociais, essas são as leis econômicas e sociais que definem o comportamento humano.

Quanto ao método de pesquisa adotado, optou-se pelo dedutivo, uma vez que esse método caracteriza-se pela racionalização do conhecimento geral até sua conclusão lógica. Através de princípios admitidos como efetivos, possibilita atingir resultados formais e pragmáticos por meio de uma construção lógica (GIL, 2008).

1.3.2. Estrutura Metodológica da Investigação

A pesquisa é de natureza aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, e tem a forma qualitativa da oferta, que resulta na interpretação e domínio dos resultados obtidos.

De acordo com Dencker (2007), é essencial ao pesquisador obter em campo as variáveis subjetivas e diversificadas dos fenômenos sociais estudadas, provocando o pesquisador a definir os procedimento adequados ao estudo do caso específico; exige do investigador leitura e observação da problemática, além da participação no universo estudado e de contato com agentes envolvidos. Confirmado

por Gil (2008, p.175) : "Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador."

Os autores supracitados ponderam ainda que a abordagem qualitativa, com um caráter exploratório, se trata do método que melhor oferece uma visão e compreensão do problema e é especialmente indicado para solucionar as questões quando o pesquisador precisa coletar em campo as variáveis que serão analisadas.

1.3.3. Instrumentos da pesquisa

A metodologia direciona uma correspondência e utilização de instrumentos de levantamento de informações que auxiliam nas evidências empíricas para a discussão dos conteúdos e análise dos dados ao longo do trabalho. A escolha dos instrumentos de pesquisa norteia os caminhos seguidos da investigação. Assim pretende-se contextualizar os procedimentos adotados e suas funções a cada etapa deste projeto.

No estudo de revisão bibliográfica e procura de dados para os indicadores, foram utilizados fontes primárias e secundárias de pesquisa. De acordo com Dencker (2007), as fontes primárias são fundamentadas em material original e recente, ou seja, que ainda não foram distribuídos. Enquanto as fontes secundárias já foram divulgadas anteriormente.

Para Dencker (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada para a revisão da literatura existente, elaboração conceitual da pesquisa e definição dos marcos teóricos.

Exemplos adotados em outros países e principais iniciativas no Brasil foram utilizados como estudo de caso para essa pesquisa. "O estudo de caso permite o conhecimento em profundidade dos processos e das relações sociais" (DENCKER, 2007, p. 155).

A utilização da técnica de estudo de caso é recomendado em fase inicial de investigação, com o objetivo de formular as hipóteses ou formulação do problema da pesquisa. Essa técnica pode ser realizada através de exame de registro, observação de ocorrência de fatos, entrevistas estruturadas e não estruturadas (DENCKER, 2007).

As pesquisas de campo foram utilizadas como um meio indispensável para o trabalho de observação, salientar as atividades, infraestruturas, atrações e tratamento dado a acessibilidade dos locais visitados.

Os estudos de campo examinam gradualmente a aplicação das demandas propostas, e tende a utilizar mais a técnica de observação do que de interrogação (GIL, 2008).

1.3.4. Estrutura do trabalho

De forma a atingir os objetivos propostos e responder as questões abordadas, a dissertação foi dividida em cinco capítulos, sendo que o primeiro expõe o tema da investigação, sua justificativa, define os objetivos e traz toda a metodologia adotada, apresentando os procedimentos científicos, as abordagens, o método para coleta de dados e a realização dos mesmos.

O segundo capítulo debate a revisão de literatura sobre a abordagem principal do tema de turismo acessível, baseada em conceitos fundamentais, marcos históricos e legais além de definições universais. Neste capítulo pretende-se construir a base referencial teórica que sustenta o conceito da problemática, a construção do modelo de investigação e de onde foram retirados os indicadores para conceder os recursos de observação.

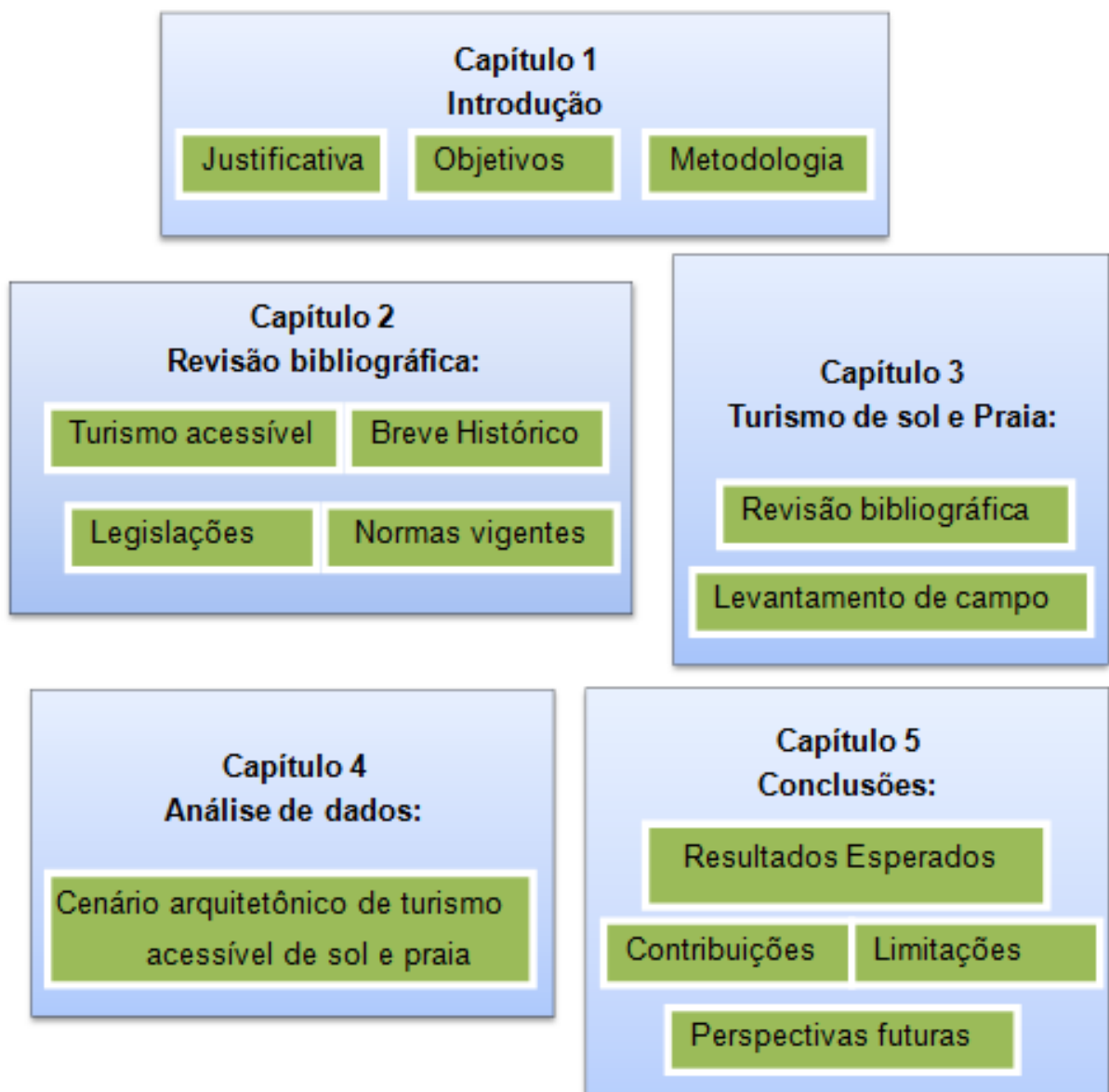
O terceiro capítulo traz a definição do turismo de sol e praia e as principais práticas de turismo acessível no litoral de Portugal, Espanha e França, através de levantamentos de dados primários e secundários. No Brasil, foram resgatadas as principais práticas adotadas de turismo acessível, através de pesquisas em sites dos projetos e em alguns casos no método de observação não participativa, da análise da estrutura e principalmente da aplicação da entrevista não estruturada com os responsáveis pelos projetos.

No decorrer do quarto capítulo, através dos resultados obtidos, buscou-se gerar os indicadores de turismo acessível de sol e praia após ordenar e interpretar as conclusões adquiridas dos levantamentos e com base nas respostas obtidas das entrevistas aplicadas aos gestores como também observar os padrões de infraestruturas determinadas pela ABNT, nas cartilhas de turismo acessível e nas legislações vigentes. Ainda neste capítulo, identificam-se os principais resultados da elaboração do cenários arquitetônicos de turismo acessível de sol e praia .

No quinto e último capítulo, apresentam-se os resultados obtidos e as insuficiências e limitações do estudo proposto como também as possibilidades para indagações futuras na esfera da temática.

A estrutura da pesquisa foi desenhada na figura 1, para melhor demonstrar as etapas que serão seguidas no decorrer desta dissertação.

Figura 1: Estrutura da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora.

2. TURISMO ACESSÍVEL

2.1. Acessibilidade: Breve Histórico e Conceito

Na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, surge o conceito de acessibilidade, em decorrência dos soldados que voltavam das guerras mutilados ou com outras sequelas (JARDIM, 2014). Em 1961, os Estados Unidos da América publica a primeira normatização que se aplicava exclusivamente à acessibilidade, no tocante a prevenção na construção ou reformas de espaços. Todavia, essa norma de adaptação dos espaços não tinha um caráter obrigatório, continuando assim a existência de edificações e espaços em que as normas não eram obedecidas voluntariamente. Sendo assim, para amenizar essa questão, pouco tempo depois é criada uma lei que obriga à construção de edifícios a se tornarem mais acessíveis; os projetos foram financiados pelo governo e acompanhados por outras normas legislativas, que previam a adaptação dos espaços escolares e de trabalho nos anos seguintes (SILVIA, 2016).

Compete destacar que nesse trabalho vamos utilizar a terminologia pessoas com deficiência, uma vez que esta é definida pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

Assim, a partir da luta pela inclusão das pessoas com deficiência, houve um progresso no ano de 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, propondo um novo conceito de acessibilidade (JARDIM, 2014). O intuito deste documento foi o de proteger as pessoas com deficiências físicas e mentais para que elas pudessem prosperar as suas capacitações e estar integradas na sociedade (SILVIA, 2016).

Segundo Silvia (2016), somente na segunda metade do século passado se iniciaram discussões sobre os problemas e preconceitos relativos à deficiência e incapacidade, movida após denúncia da existência de barreiras arquitetônicas, urbanísticas e nos meios de transporte, por profissionais de reabilitação.

O marco do turismo acessível mundial foi dado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), na Declaração de Manila de 1980, onde pela primeira vez foi associado o turismo e a acessibilidade. Esse tratado reconhece que o turismo é um direito fundamental e necessário para o desenvolvimento humano (HOYO e VALIENTE, 2010).

No entanto, foi no final da década de 80, o ápice para as discussões sobre acessibilidade com o aparecimento do conceito de design universal e aprovação da ‘*Americans with Disabilities Act*’ (ADA) (substituição da ABA), uma lei civil de 1980, que estendia a acessibilidade das escolas e locais de trabalho para os demais edifícios que fosse de uso coletivo como também nos transportes públicos. No ano seguinte, em 1981, a ONU estipulou o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência e, em 1993, publicou as Normas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência, percebendo a acessibilidade como uma dimensão fundamental para a igualdade de participação (JARDIM, 2014).

As leis que ditam os direitos e os deveres dos cidadãos possibilitam que possamos viver de forma pacífica em sociedade, não devendo existir assim desigualdades e injustiças sociais. Todavia, as pessoas com deficiência possuem no seu dia a dia necessidades diferentes daquelas que não têm algum tipo de limitação. Essas pessoas, infelizmente, muitas vezes não têm os seus direitos assegurados e por muito tempo foram desprovidas de seus direitos sociais, que as prejudicaram de trabalhar ou realizar atividades primordiais ao seu bem-estar e à sua inclusão na sociedade (SILVIA, 2016)

Em 1992 na Austrália, a fim de garantir às pessoas com deficiências maiores controles legais contra a discriminação, é redigido uma norma de desenvolvimento do turismo acessível e legislação ambiental, o *Disability Discrimination Act* (DDA), que tem o princípio e a intenção da acessibilidade reforçados através da legislação estatal vigente. As prevenções para mobilidade, visão, audição e acesso cognitivo são complementadas através da legislação de planejamento ambiental e desenvolvimento de cada estado, sendo esse processo de planejamento a cargo de cada Códigos de construção (*AUSTRALIAN BUILDING CODES BOARD - ABCB* 1996).

O DDA determina dois preceitos a respeito de deficiência que tiveram uma repercussão significativa no turismo; uma sobre o padrão de incapacidade para Transporte público acessível, na qual que estipulou os padrões de acessibilidade para o transporte público perante os deficientes e a outra, mais recente, sobre os códigos de construção australianos, através do desenvolvimento de um projeto de Normas para acessibilidade nas edificações, sendo feito um acordo entre o *Australian Building Codes Board* (2004) com o Departamento do Procurador-Geral

da *Commonwealth* e os Direitos Humanos e Igual *Opportunity Commission* (2004) para juntos equilibrar o DDA aos Códigos de Construção Australianos. Tais normas, chamado de processo de desenvolvimento acessível no turismo possui uma nova visão geral do preconceito em relação a deficiência e da legislação ambiental construída (DARCY,2006).

No Reino Unido, na segunda metade do século 20, uma nova percepção também começou a ser formada; alguns centros residenciais surgiram para oferecer uma alternativa para famílias que até então se responsabilizavam totalmente pelo cuidado, na ajuda com as pessoas com deficiências, assim como grandes fundos de caridade começaram a se estabelecer; Essas novas instituições propiciavam a ordenação e gestão de comunidades de pessoas com deficiência e seus familiares e também reativaram as demandas sobre os princípios das deficiências bem como deveriam ser vistas pela sociedade, sendo assim foi viável associar legislações e normatizações que refletiram na ajuda do processo de exclusão social da mesma forma que o *Americans with Disabilities Act* nos Estados Unidos e o *Disability Discrimination Act* na Austrália, no Reino Unido foi criado o seu DDA (*Disability Discrimination Act*). outro exemplo foi a tentativa de melhorar o nível de acessibilidade dos antigos ônibus Routemaster, que possuíam degraus com o piso mais rebaixado e uma rampa de acesso (VELHO, 2016).

Em 28 de maio 1999, ocorre na Guatemala a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as pessoas com deficiência que ficou conhecida como a convenção da Guatemala, e decreta:

Eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência e o favorecimento pleno de sua integração à sociedade. Define a discriminação como toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, ou em seus antecedentes, consequências ou percepções, que impeçam ou anulem o reconhecimento ou exercício, por parte das pessoas com deficiência, de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (CONVENÇÃO DA GUATEMALA,1999).

A Declaração de Madri, de 23 de março de 2002, convencionou sobre a inclusão de pessoas deficientes na sociedade, ressaltando os direitos humanos como fator de inclusão, de oportunidades sociais, como emprego e fim de barreiras que geram a exclusão (MENDES,2008).

Na Espanha, em julho de 2003, foi realizado o *Congreso Ocio, Inclusión y Discapacidad*, sendo uma referência na abordagem do tema de acessibilidade, o

que levou aquele ano a ser declarado o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Sobreveio desse evento, o *Manifesto por un Ocio Inclusivo* enfatizando-se, no Artigo 15: “No âmbito do turismo, devem ser garantidas as condições de acessibilidade global das infraestruturas e espaços turísticos e impulsionar a possibilidade real para que todas as pessoas participem das ofertas de diversos turismos temáticos” (BRASIL, 2006, p. 12).

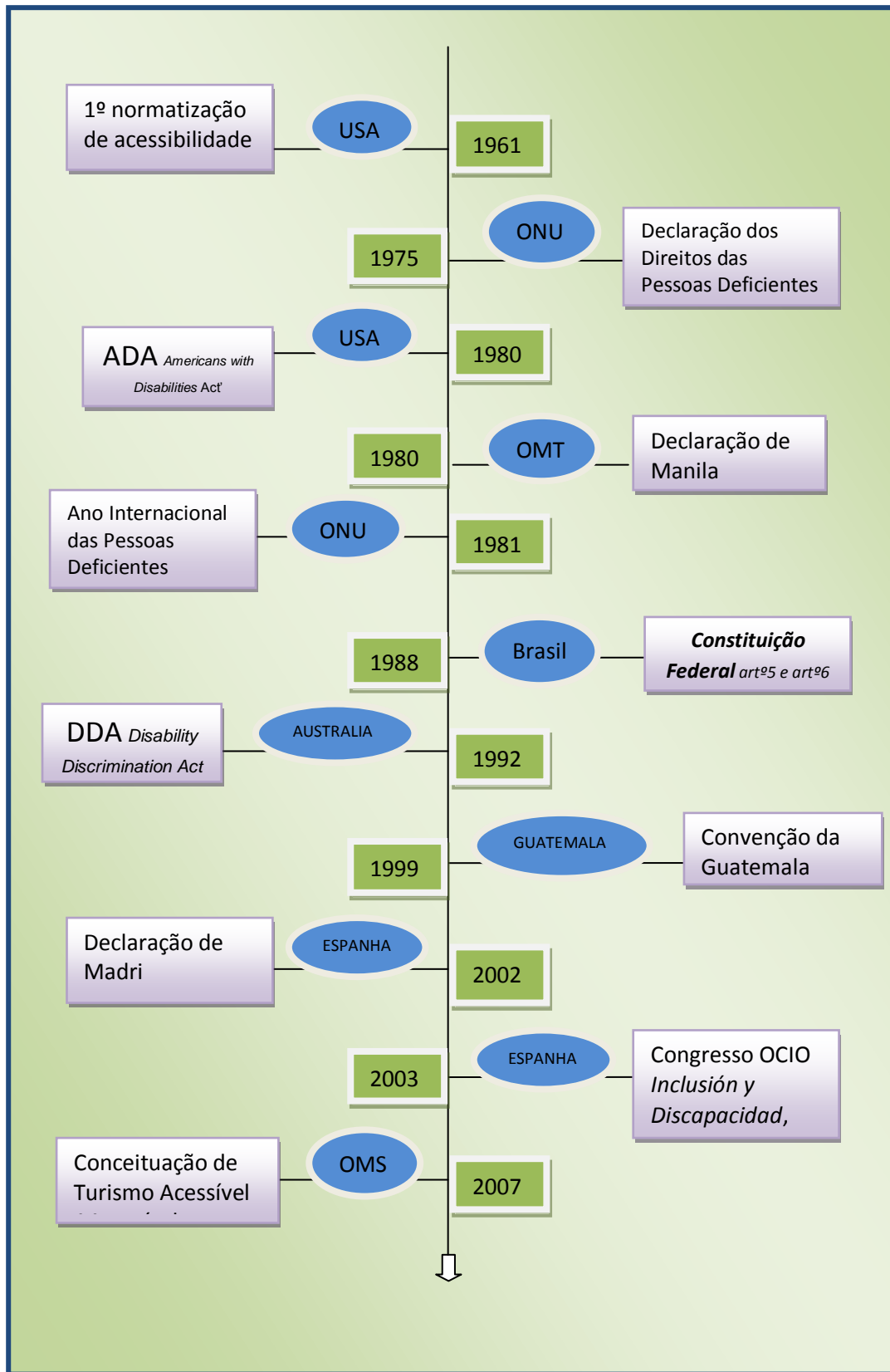
Na Europa em 2003 foi aprovado o Plano de Ação Comunitário para o turismo acessível pelo Conselho de Ministros da União Europeia que resultou na recomendação de eliminação de barreiras e obstáculos e o envolvimento dos Estados membros no progresso e desenvolvimento do turismo para pessoas com deficiência como também no intercâmbio de informações nesta área (HOYO e VALIENTE, 2010). Neste contexto foi publicado em 2003 na Europa, o conceito *European Concept for Accessibility* (ECA) que surgiu entre outros programas para a promoção da acessibilidade. Novamente é declarado o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência pela Europa. O resultado desse programa foi a cooperação de vários estados europeus unidos na intenção de promover a acessibilidade, proporcionar melhores condições e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos que se encontram no espaço europeu (JARDIM, 2014).

A abordagem de turismo acessível após a Declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) mencionada (2007), impulsionou a acessibilidade na agenda global de turismo. Atrair esse público específico deve ser cuidadosamente planejado, podendo ser um diferencial de destino turístico (AMORIM e SOARES, 2013).

Cada vez mais a discussão sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência tem alcançado relevância a nível mundial. A busca por uma sociedade centrada na inclusão e na responsabilidade cívica de igualdade de direitos é um anseio secular, que possui e cada vez mais importância e destaque nas sociedades desenvolvidas. A essa preocupação atual provoca questões de adaptações e mobilidade nas cidades, que por sua vez são dificultadas por barreiras arquitetônicas, urbanísticas, estruturais, comunicacionais e sociais (SILVIA, 2016).

Na figura 03 a seguir foi demonstrado em uma linha do tempo, a evolução histórica estudada dos conceitos de acessibilidade, os principais eventos na agenda global do turismo acessível e da luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

Figura 2: Linha do Tempo - Evolução histórica das normas de acessibilidade



Fonte: Elaborado pela autora, baseado em SILVA (2016); JARDIM (2010); HOYO, VALIENTE (2010); ABCB (1996); VELHO (2016); MENDES (2008); BRASIL (2006); DARCY(2006).

No Brasil, um dos maiores desafios de uma sociedade contemporânea e democrática é a questão da igualdade social; no país, segundo dados do Censo IBGE(2015), existem cerca de 45 milhões de pessoas com deficiência no país, ou seja, 23,92% da população. Precisamos ainda levar em consideração o número de pessoas com mobilidade reduzida temporária e o aumento da taxa de expectativa de vida, elevando o número de idosos no país, um número crescente associado ao envelhecimento da população. Temos que lembrar ainda que normalmente os turistas acessíveis costumam viajar acompanhados, devido a suas limitações, o que significa um número maior de turistas (AMORIM e SOARES, 2013).

De acordo com DUARTE et al. (2015), a indagação quanto da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade é um fator primordial no desenvolvimento do país, uma vez que além dos direitos constitucionais de ir e vir, devem ser garantidos todos os elementos dos direitos humanos e da cidadania tais como: acesso à informação e à comunicação, obtendo padrões melhores na qualidade de vida por meio de atividades de lazer e turismo.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, assegura a igualdade de todos perante a lei, e no artigo 6º assegura o lazer como direito social de todos. Esses direitos dão a possibilidade de integração social das pessoas com deficiência utilizando o turismo como um bem cultural e social de importância fundamental, que deve estar ao alcance de todos cidadãos, sem que nenhum grupo da população deva ser excluído. Todavia, atualmente, o turismo ainda não é uma atividade acessível a todos os cidadãos, em especial à pessoas com alguma limitações de natureza motora, visual, auditiva ou intelectual.

Quanto a crescente responsabilidade social, Sibirino e Figueiredo (2015) destacam que a acessibilidade é uma obrigação para com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, portanto elas precisam ter as mesmas possibilidades de aproveitar os serviços de lazer e turismo. Ainda segundo Sibirino e Figueiredo (2015), as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida têm direito a acesso a qualquer lugar, inclusive para a prática do lazer e turismo.

A repercussão sobre as demandas associadas à melhoria da qualidade de vida e à igualdade de oportunidades das pessoas deficientes estão interligadas a participação delas nas atividades turísticas e de lazer. Assim o turismo contribui para a construção e promoção de uma sociedade mais inclusiva, devendo por isso

estar ao alcance de todas as pessoas, independentemente das suas condições físicas, econômicas ou sociais (DEVILLE, 2009).

Somente na década de 70 surgiram as primeiras excursões organizadas por agências de viagem e destinadas para pessoas com deficiência, sendo primeiramente apenas para cadeirantes, e ainda de forma tímida. A década de 80 foi impulsionada pelo movimento social de integração, quando a problemática das viagens começam a proporcionar novas discussões sobre a temática (SASSAKI, 2005 apud MENDES,2008). No entanto , atualmente ainda são poucas as agências turísticas que estão preparadas para trabalhar com esse público específico (MENDES,2008). Este aspecto pode ser considerado uma importante oportunidade para o setor atingir novos clientes, desde que se faça valer da acessibilidade como um diferencial característica de outros destinos.

Em 8 de outubro de 2001, através do Decreto n.º 3.956, o Brasil ratifica e Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Através do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, nos termos do parágrafo 3, de seu artigo VIII decreta:

Art. 1º A Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, apensa por cópia ao presente Decreto, será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém.

Art. 2º São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, assim como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação (Decreto nº 3.956 de 08 de Outubro de 2001).

Em 2006, o Ministério do Turismo do Brasil, através da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo cria o manual, Turismo e Acessibilidade: Manual e Orientações, com o objetivo de servir como instrumento orientador sobre o temas relativos à acessibilidade, com critérios, referências e informações para que se possa usufruir dos benefícios da atividade turística exercendo sua plena cidadania. Este Manual teve a finalidade de orientar e instrumentalizar acessibilidade às pessoas deficientes e com mobilidade reduzida ao setor turístico, para ser aplicado

nas edificações de uso público ou coletivo, nas vias públicas, praças e logradouros nos demais espaços e equipamentos de uso público além dos transportes coletivos e portais eletrônicos utilizados para a prestação de serviços turísticos (BRASIL 2006).

O Ministério do Turismo Brasil, em 2009, cria a cartilha Turismo Acessível: Introdução a uma Viagem de Inclusão, esse projeto pretende promover o mapeamento da acessibilidade turística, e qualificação dos destinos turísticos no atendimento aos turistas com deficiência ou com mobilidade reduzida, como também propõe difundir os roteiros já adaptados. A cartilha foi dividida em 4 volumes. No Volume I, Introdução a uma Viagem de Inclusão, apresenta os conceitos e marcos legais em acessibilidade e turismo como também orienta os gestores públicos e privados para o desempenho do desenvolvimento de Turismo Acessível (BRASIL, 2009a).

No Volume II, Mapeamento e planejamento, apresenta uma ferramenta adequada para elaboração e implantação da acessibilidade nos destinos turísticos, com auxílio das normas técnicas nacionais, legislações municipais, estaduais e federais vigentes. O Volume III, Bem Estar no Turismo Acessível, apresenta suporte para os prestadores de serviços oferecerem atendimento adequado e ajustarem suas instalações para melhor receber os turista deficientes e com mobilidade reduzida. No Volume IV, Bem Estar no Turismo de Aventura Adaptada, reforça os conceitos e marcos legais do turismo e acessibilidade e auxilia os gestores no progresso do turismo acessível e na realização das atividades de aventura em destinos adaptados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

Segundo Sibirino e Figueiredo (2015), a acessibilidade é direito de todos, e por isso os espaços turísticos e todos os segmentos do turismo precisam ser acessíveis a qualquer pessoa. A acessibilidade é um direito que toda pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida possui de se deslocar com autonomia e segurança nos espaços públicos, bem como utilizar os equipamentos e serviços turísticos (ALBUQUERQUE, 2012).

Como afirma Mendes (2008), atualmente o direito das pessoas com deficiência fala das oportunidades de turismo, esporte e lazer; além da importância com o seu desenvolvimento e bem-estar pessoal é o exercício do empoderamento, pois todas as pessoas devem ter a autonomia de escolher suas opções de lazer e

assumir todo o processo de definição, expandindo assim suas experiências e relações interpessoais e sociais.

O conceito de acessibilidade não está ligado apenas às pessoas com deficiências, e sim em que a qualquer momento da vida, em função da saúde podemos nos tornar pessoas dependente da ajuda de terceiros. Devemos então considerar a mobilidade reduzida temporária, incluindo grávidas, idosos e pessoas que viajam com crianças em carrinhos de bebê, como um fator também de necessidade de acessibilidade.

A contribuição do turismo para a acessibilidade é proporcionar para que as pessoas com deficiência identifiquem e desenvolvam suas habilidades de forma prazerosa, em contato com novos ambientes e conhecendo pessoas diferentes do seu círculo habitual; e geralmente possibilitar a compreensão do que melhor deseja e necessita, com ganho na qualidade de vida e maior participação como cidadão; tornar possível que a pessoa saia do papel de coadjuvante e passe a se tornar o protagonista (MENDES, 2008).

Motivados a sair de casa em busca de novas experiências, e de maneira cada vez mais independentes, o Turismo Acessível muda os paradigmas de consumo. Atrair esse público específico deve ser cuidadosamente planejado, podendo ser um diferencial de destino turístico em relação a outros concorrentes (AMORIM e SOARES, 2013).

Como afirmou Nunes (2011, p. 06), "a acessibilidade afeta todas as áreas da sociedade. Os serviços turísticos, enquanto qualidade, são um diferenciador de sucesso muito importante no que toca a vantagens competitivas".

A inclusão social de pessoas com deficiência traz uma realidade que confere aos destinos turísticos novos desafios e organização. O turismo acessível permite que pessoas com restrições de acesso, incluindo mobilidade, possam transitar de forma independente e com dignidade a todos os produtos, bens e serviços característicos do turismo (APTTA, 2011, apud NUNES, 2011, p. 14).

Neste sentido, segundo Nunes (2011), o Turismo Acessível possibilita uma oferta de soluções e respostas, um conjunto com o nível de envolvimento das várias entidades, como os setores públicos, privado e associações de várias áreas, não exclusivamente do turismo.

O turismo acessível nasce com a potencialidade motivadora de inclusão social, visando à expansão da participação de todos nessa jornada, com a finalidade de propiciar às pessoas com deficiência a oportunidade de acesso a atividades comuns de lazer. Ainda nesse sentido, o setor turístico cria novas oportunidades de mercado, uma vez que o setor possibilita uma atividade que gera resultados positivos no âmbito psicológico, emocional, físico e o bem estar dessas pessoas (DUARTE et al., 2015).

Alguns autores se destacam em relação às suas produções realizadas na área da acessibilidade ou do turismo acessível. Dentro deles, cabe salientar a relevância dos trabalhos de Darcy e Dimitrius Buhalis com inúmeros estudos feitos e publicados sobre o tema em coletâneas de artigos. Nesse contexto o turismo acessível pretende possibilitar que pessoas com alguma necessidade específica possam desempenhar as suas atividades de lazer de forma independente e com igualdade e dignidade através de produtos, serviços e ambientes turísticos adequados (BUHALIS e DARCY, 2011: 10-11). Como identificado por Sibirino e Figueiredo(2015, p. 2), "a acessibilidade a espaços turísticos é um direito de todos independente da pessoa ter deficiência ou não, portanto, todos os segmentos do turismo devem ser acessíveis a qualquer pessoa".

Turismo Acessível é, portanto, o termo técnico usado para definir a "possibilidade e condição do portador de deficiência em alcançar e utilizar, com segurança e autonomia, edificações e equipamentos de interesse turístico". (BRASIL, 2009, p. 4).

Dentro da política de turismo, do seu planejamento e gestão e do desenvolvimento local foram estudados pelos autores os processos adequados para incorporar características relacionadas à deficiência. Os destinos turísticos inteligentes analisam o crescente conhecimento acerca turismo acessível, a fim de garantir, transporte, alojamento, destinos e atrações em todo o sistema do turismo satisfazendo adequadamente as suas necessidades.(BUHALIS e DARCY, 2011 apud VILA, DARCY, GONZALEZ, 2015).

Para garantir uma experiência segura e agradável no tocante à acessibilidade, um estudo de planejamento turístico adequado em todos os setores assegura uma expansão de oportunidades de turismo para pessoas com deficiência. Como afirma Molina(2005):

...o planejamento do turismo é um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. Esse processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país. (MOLINA, 2005, p. 46)

2.2. Perfil dos visitantes e mercado

Segundo o Ministério da Justiça do Brasil, são classificadas pessoas com deficiência, aquelas que possuem alguma limitação ou incapacidade para desenvolver algum tipo de atividade. A Organização Mundial da Saúde (OMS) divide e caracteriza as deficiências em 5(cinco) grupos: deficiência física (tetraplegia, paraplegia e outros), deficiência auditiva (total ou parcial), deficiência intelectual (leve, moderada, severa e profunda), deficiência visual (cegueira total e baixa visão) e deficiência múltipla (duas ou mais deficiência associadas). Neste grupo também acrescenta-se a parcela da população que possuem tipo de mobilidade reduzida (BRASIL, 2009a).

As pessoas consideradas com mobilidade reduzida, são aquelas que mesmo não sofrendo de qualquer deficiência permanente estão temporariamente incapacitadas, passando por alguma situação que as impedem de interagir com o meio ou com dificuldades de acessibilidade, isto inclui as grávidas, idosos e pessoas que viajam com crianças em carrinhos de bebe.

A abordagem das deficiências segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2014) e o Ministério do Turismo(2006) caracterizam-nas assim:

➤ Deficiência física

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 2006).

➤ Deficiência auditiva

Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. O Decreto nº. 5.626/2005 considera pessoa 21 surda aquela que, pela perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando-se principalmente pela Língua Brasileira de Sinais – Libras (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005). Em termos clínico-patológicos, é classificada conforme o nível de perda: leve, moderada, severa ou profunda .

➤ Deficiência visual

Acuidade visual igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2006).

➤ Deficiência intelectual

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, habilidades acadêmicas, lazer e trabalho (BRASIL, 2006).

➤ Deficiência múltipla

Associação de duas ou mais áreas de deficiências. Complementando com as palavras de Neves (2013), caracteriza-se por uma combinação entre diferentes deficiências podendo ser física, sensorial, mental, emocional, ou de comportamento social, com possíveis probabilidades de associação. Todavia não é exclusivamente o somatório de deficiências que será a condição determinante para caracterizar a múltipla deficiência, mas inclusive a conjuntura de desenvolvimento e a capacidade funcional de comunicação e interação social (BRASIL, 2006).

➤ Mobilidade reduzida

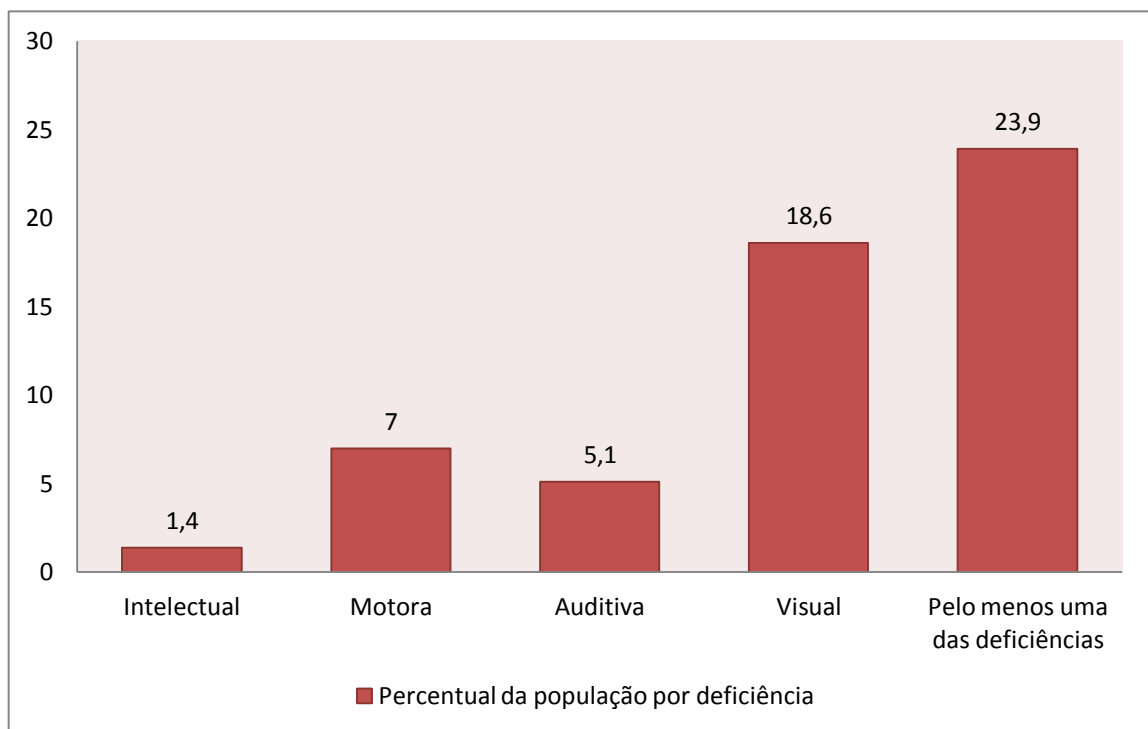
Mobilidade reduzida é a dificuldade de movimento, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação

motora e percepção, não se enquadrando no conceito de pessoa com deficiência. A NBR 9050: (2004) entende por pessoa com mobilidade reduzida, além da pessoa com deficiência, o idoso, o obeso e a gestante.

De acordo com o último censo (Brasil,2010), existe um progressivo aumento da população brasileira com algum tipo de deficiência, como também o crescente envelhecimento da população.

Os gráficos a seguir mostram o percentual da população de acordo do tipo de deficiências (Fig. 4) , como também o quantitativo no país dividido por faixa etária (Fig. 5). Podemos observar que o maior número de pessoas com deficiência encontra-se na faixa etária dos 15 a 64 anos de idade e que a deficiência visual atinge uma considerável quantidade de pessoas no país.

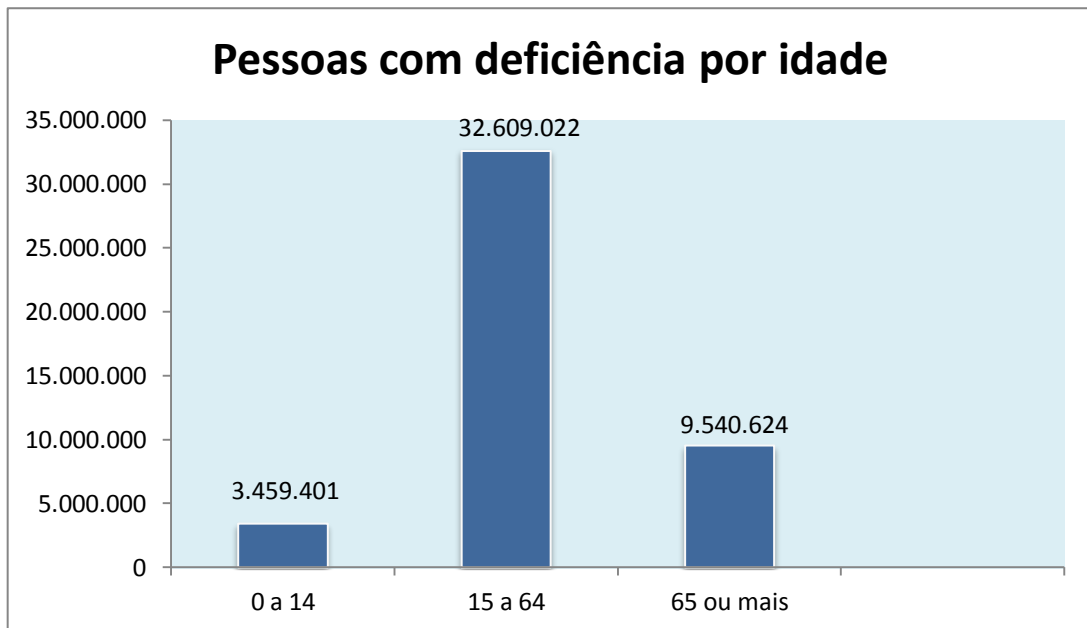
Figura 3: Percentual da população por deficiência no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, embasado Censo IBGE (2010)

Expandindo as oportunidades de turismo nesse mercado, segundo Brasil (2014), o país possui 17,4% da população obesa, São 13 milhões de crianças de até quatro anos de idade e 23,5 milhões de idosos.

Figura 4: Pessoas com deficiência por idade no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora, embasado Censo IBGE (2010)

A combinação do aumento da população com mobilidade reduzida, idosos e deficientes, cria uma forte justificativa para o mercado turístico de um destino acessível. O turismo é uma atividade econômica com valores capaz de transformar a vida de uma localidade, através de um formato de serviços e informações, portanto conhecer as diferentes deficiências e suas necessidades é de fundamental importância para um planejamento e gerenciamento das ofertas do turismo acessível com base na qualidade dos serviços e infraestruturas turísticas.

Outro ponto para ser levado em consideração é o fato que normalmente o turista acessível geralmente costuma viajar acompanhado, o que aumenta o número de turistas para o destino escolhido. Atrair esse público específico deve ser cuidadosamente planejado, podendo ser um diferencial de destino turístico em relação a outros concorrentes (AMORIM e SOARES, 2013).

Como identificado por Lohmann e Panosso Netto (2012), "os destinos turísticos devem apresentar uma forma turística diversificada de modo a atender esta demanda turística a partir desse novo perfil de turista". Com relação aos destinos turísticos, ainda são poucos os que atendem as exigências e peculiaridades do turista acessível. Cada vez mais as pessoas com deficiência escolhem destinos turísticos com ofertas e qualidade diferenciadas atentos a suas necessidades, bem

como a sustentabilidade e aspectos relativos a responsabilidade sociais (AMORIM e SOARES, 2013).

Para atender esse novo público, é necessário processar as mudanças no destino, expandir as oportunidades dos turistas para que possam ter expectativas sobre as experiências que desejam e relacionar com as características ambientais e socioculturais dos destinos turísticos, criar novos produtos destino que não estão associados aos legados específicos do local e beneficiar de uma série de atributos que podem ser desenvolvidos e promovidos como produtos turísticos (BENUR e BRAMWELL, 2015).

Segundo ZOIDO et al (2000, p. 351), "espaço gerenciado, adaptado às necessidades do grupo ou sociedade que ocupa e transformá-lo de acordo com as necessidades de mudanças em um processo contínuo de territorialização". Portanto é necessário planejar em um processo racional com a finalidade de associar e relacionar variáveis locais, baseados em análises científicas com o objetivo de adotar ações para coordenar e orientar as iniciativas e decisões (MOLINA,2005).

Para Hall (2001), o planejamento turístico auxilia a determinar perdas e ganhos no processo de desenvolvimento turístico, como também contribui para formas mais sustentáveis de turismo, buscando o equilíbrio de base econômica, ambiental e social. Assim, não podemos pensar em um destino turístico adaptado ao público acessível, sem o planejamento e gestão anteriormente.

De acordo com Darcy (2006), o turismo acessível é um mercado com grandes previsões de crescimento, desafios e benefícios relacionados ao mercado:

- Avanço tecnológico, acesso informação com soluções que ajudem a responder às necessidades das pessoas com deficiência e na melhoria e adaptação dos serviços turísticos;
- As pessoas com deficiência e mobilidade reduzida tendem a viajar mais quando a oferta se adequar melhor às suas necessidades em todo o processo da viagem;
- Segmentação do mercado preparado a atender as necessidades distintas e específicas dentro de cada deficiência. Uma pessoa com mobilidade reduzida não tem as mesmas necessidades que uma

pessoa com dificuldades auditivas ou visuais, por exemplo. É preciso identificar cada necessidade e segmentar a oferta;

- A criação de legislação específicas para o turismo acessível traz um impacto significativo no desenvolvimento da atividade turística e na qualidade de para pessoas com deficiências;

Os estudos de Packer e Carter (2005) consideram ainda outros aspetos necessários a promoção do turismo acessível :

- Afirmar o valor do turismo acessível para o mercado com a intenção de criar mecanismos econômicos de apoio a esta atividade;
- Estimular as pessoas com deficiência a participar ativamente nas questões do turismo acessível;
- Aprimorar o acesso à informação, para que seja atualizada e com continuidade nos dados obtidos;
- Promover o intercâmbio e a troca de experiências entre países;
- Adotar o conceito de Desenho Universal nas infraestruturas turísticas e criar incentivos para que os agentes turísticos possam promover a acessibilidade no destino;
- Elaborar um sistema nacional de aceitação do turismo acessível, que possa incluir não só os aspetos físicos, mas também a formação dos profissionais e agentes de turismo, de forma a aprimorar as os seus conhecimentos e as suas habilidades para lidar com turistas deficientes;
- fomentar pesquisas e investigações na área do turismo acessível, através de bolsas de estudo;
- Reunir os resultados dos estudos e fornecê-los às associações, entidades públicas e privadas responsáveis pelo turismo e aos operadores turísticos.

Um dos principais fatores de sucesso do turismo é a promoção externa. Mesmo estando em uma época em que as redes sociais têm um papel cada vez mais significativas na consultoria e na decisão de escolha do consumidor, as empresas ligadas ao turismo acessível ainda não investiram com constancia às tecnologias da informação e comunicação para divulgar os seus produtos e serviços para o mercado. O emprego destes recursos poderá ter um impacto significativo no

desenvolvimento e crescimento do setor, como também na qualificação da atividade turística e na decisão de soluções que direcionam a satisfação do turista (SILVIA, 2016).

Para garantir uma experiência segura e agradável, de acordo com Brasil (2014):

É necessário, portanto, produzir, sistematizar e difundir informações sobre a acessibilidade de empreendimentos e atrações turísticas no Brasil, possibilitando a pessoa com deficiência a exercer o seu direito de viajar por todo o Brasil, com autonomia. Tais informações podem servir, ainda, de subsídios para a definição de políticas públicas para as pessoas com deficiência, assim como para a tomada de decisão do governo e da iniciativa privada para a melhoria dos produtos e serviços turísticos.

Todos os projetos e iniciativas que foram apresentados e desenvolvidos ao longo destes anos tiveram como objetivo principal, a inclusão das pessoas com deficiências e com mobilidade reduzida a todos os segmentos de produtos turísticos ofertados, desde a locomoção e transporte, a acomodação, refeição e lazer (HOYO e VALIENTE, 2010).

2.3. Legislações no Brasil

O percurso da legislação brasileira sobre acessibilidade inicia-se com a Constituição Federal de 1988 com a garantia de inclusão de pessoas com deficiências. Após o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência das Nações Unidas (ONU, 1982), a acessibilidade aborda o turismo e lazer, e sendo o Brasil país membro, em 2008 ratifica a convenção por meio de decreto legislativo nº 186 e promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 (BRASIL, 2014).

Os países membros (da ONU) devem garantir que pessoas com deficiência tenham as mesmas oportunidades de desfrutar de atividades recreativas que têm os outros cidadãos. Isto envolve a possibilidade de frequentar restaurantes, cinemas, teatros, bibliotecas etc., assim como locais de lazer, estádios esportivos, hotéis, praias e outros lugares de recreação. Os países membros devem tomar a iniciativa removendo todos os obstáculos neste sentido. As autoridades de turismo, as agências de viagens, organizações voluntárias e outras envolvidas na organização de atividades recreativas ou oportunidades de viagem devem oferecer serviços a todos e não discriminar as pessoas com deficiência (ONU, 1982 apud BRASIL, 2014).

A partir deste momento o Brasil estabelece um conjunto de medidas com planos e programas nacionais de empreendimento da promoção da acessibilidade no seu território.

A Lei Geral do Turismo, de 17 de setembro de 2008, apresenta nos artigos 5º e 6º questões sobre a prática do turismo com igualdade de oportunidades no âmbito social e econômico, a fim de democratizar e propiciar o acesso ao turismo a todos promovendo a inclusão social e aumento da oferta de trabalho. Nesta mesma lei também se afirma os objetivos dos Planos Nacionais de Turismo (BRASIL, 2014).

O decreto da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, por intermédio da eliminação de barreiras e de bloqueios no mobiliário urbano e espaços públicos, na reforma e construção de edificações e nos meios de transporte e de comunicação.

O Plano Nacional do Turismo (PNT) 2007–2010 – Uma Viagem de Inclusão, consolida a função social do turismo através de apoio e adequação de acessibilidade nas infraestruturas e equipamentos dos destinos turísticos. Já o Plano Nacional de Turismo, 2013–2016 – O Turismo Fazendo Muito Mais Pelo Brasil, destaca a importância de eliminar as barreiras arquitetônicas vias públicas, transporte coletivo e edifícios públicos, na tentativa de tornar as cidades mais acessíveis e universalizar a experiência turística. Nesse sentido mostra a importância de apoio a estudos e pesquisas da segmentação da oferta e demanda turística para a promoção da atividade desses novos grupos consumidores (BRASIL, 2014).

Ainda de acordo com BRASIL (2014), o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, decretado em nº 7.612 de 17 de novembro de 2011, tem o objetivo de promover o exercício total do direitos das pessoas com deficiências através da integração e articulação políticas dos planos e ações citados. Em continuidade a esse decreto, o Plano Plurianual (PPA) 2012–2015 – Plano Mais Brasil, acata o compromisso do governo para os próximos quatro anos seguintes e estabelece políticas públicas para o desenvolvimento econômico com igualdades sociais. Dentro do PPA está o Programa, Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiências, que tem como objetivo a realização de ações voltadas para o fortalecimento das relações institucionais, a promoção de pesquisas de

ordenação e divulgação de informações no setor, além da garantia desses direitos, tais como acessibilidade e igualdade de oportunidades das pessoas com deficiência. Essas ações buscam aumentar a competitividade do turismo brasileiro, promovendo a sustentabilidade e qualidade através de estruturação e qualificação dos destinos turísticos.

Para avaliar e auxiliar o desenvolvimento da Política Nacional para Inclusão da Pessoa com Deficiência, foi criado o CONADE (Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência) e através deste conselho é assistido pelo Ministério do Turismo, as políticas setoriais de educação, saúde e assistência social, trabalho, transporte e política urbana, cultura, turismo e lazer destinadas a PNE.

Em 13 de julho de 2015, foi sancionada pelo Congresso Nacional a Lei nº 13.146/2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto nº 186 de 2008, e nos artigos 3º e 5º da Constituição da República em vigor para o Brasil. Esta lei está dividida em títulos e capítulos, em dois livros assim dispostas no quadro 2:

Quadro 2: Referência dos Títulos da Lei 13.146 nos Livros I e II

Lei 13.146 13 de julho de 2015		
	LIVRO I - Parte Geral	LIVRO II - Parte Especial
TÍTULO I	Das disposições gerais, da igualdade e da não discriminação;	Do acesso a justiça, do reconhecimento igual perante a lei,
TÍTULO II	Dos direitos fundamentais, direito à vida, direito à habilitação e reabilitação, direito à saúde, direito à educação, direito à moradia, direito ao trabalho, direito a assistência social, direito à previdência social, direito a cultura, esporte, turismo e lazer, direito ao transporte e mobilidade;	Dos crimes e infrações administrativas;
TÍTULO III	Direito da acessibilidade, direito do acesso à informação e à comunicação, da tecnologia assistida, direito à participação da vida pública e política;	Das disposições finais e transitórias;
TÍTULO IV	Da ciência e tecnologia;	Da Tutela, da Curatela e da Tomada de Decisão

Fonte: Elaborada pela autora, embasado em BRASIL,2015.

Em relação a deficiência, a Associação Brasileira de Normas Técnicas, através da NBR 9050 (2004), responsável pela implantação de critérios e padrões técnicos relacionados às condições de acessibilidade que devem ser observados desde o projeto até o momento de construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços públicos e equipamentos urbanos (NEVES, 2013). A NBR 9050, é regulamentada pelo decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004:

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Como afirma Sibirino e Figueiredo (2015), a NBR 9050-2004 determina que nos parques, praças e locais turísticos que adotarem pavimentação, mobiliário ou equipamentos, sejam edificados ou montados, devem ser acessíveis e mesmo assim observar nesses locais os atributos ambientais para que sejam legalmente preservados. Deste modo, todas as edificações de uso coletivo e os locais turísticos estão obrigados às adaptações legais exigidas. Ainda segundo a NBR 9050-2004, nos locais onde houver a prática de atividades ao ar livre, devem contar no momento do embarque e desembarque dos atrativos com acessibilidade adequada e se faz necessário observar nos casos de trilhas a existência de elementos da vegetação, como galhos e arbustos nas rotas de circulação.

Segundo o Manual de Orientações Brasil (2006), no Decreto 5.296 de 2004, o Capítulo IV trata da implementação da acessibilidade arquitetônica e traz em seus artigos as principais normas técnicas de acessibilidade e ABNT, conforme quadro 3:

Quadro 3: Artigos da ABNT sobre acessibilidade

Decreto nº 5.296 de 2004 capítulo IV			
Art. 10	Os projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender os princípios do desenho universal	Art. 19	Garantir pelo menos um acesso ao interior dos prédios públicos e todas as suas instalações
Art. 11	Acessibilidade nas construções, reformas e ampliações de toda edificação de uso público ou coletivo	Art. 20	Instalações de rampas para vencer desníveis internos ou externos nos edifícios de uso público e coletivo
Art. 12	Livre trânsito e circulação nas vias e logradouros públicos quando na execução de obras e serviços	Art. 21	Balcões de atendimento e bilheteria de prédios públicos e coletivos, manter uma área adaptados a pessoas com deficiência
Art. 13	Rege os planos diretores, os	Art. 22	A construção, ampliação ou

Decreto nº 5.296 de 2004 capítulo IV			
	códigos de obras e estudos quanto as normas de acessibilidade		reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo devem dispor de sanitários acessíveis
Art. 14	Este decreto é complementado pelas normas técnicas de acessibilidade da ABNT e demais legislação	Art. 23	Destinar 2% aos deficientes, da lotação dos estabelecimentos tipo teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte
Art. 15	Nas vias públicas, construção de calçadas adaptadas e instalação de piso táctil direcional e de alerta	Art. 24	Condições de acessibilidade nos estabelecimentos de ensino público ou privados
Art. 16	O mobiliário urbano deve garantir a aproximação segura e livre de barreiras para os deficientes.	Art. 25	Destinas vagas de estacionamento para veículos que transportem deficientes físicos ou visuais nos edifícios de uso público e coletivo
Art. 17	Instalação de semáforos equipados com mecanismo de orientação	Art. 26	Sinalização visual e táctil para orientação das pessoas com deficiência auditiva e visual nos edifícios de uso público e coletivo
Art. 18	Atender os preceitos de acessibilidade as construções e reforma de uso privado multifamiliar ou de uso coletivo	Art. 27	Instalação de elevadores nos edifícios de uso público e coletivo e privado multifamiliar seguindo as normas técnicas de ABNT

Fonte: Elaborada pela autora, embasado BRASIL,2006

2.4. Barreiras na acessibilidade

Aspirando a inclusão social para a construção de uma sociedade mais igualitária, é necessário eliminar fatores que impossibilitam e dificultam o acesso e a utilização de todos os cidadãos, evitando assim que uma parcela desfavorecida da população seja privada de seus direitos. Esses fatores são chamados de barreiras e a sua presença ou ausência, podem limitar o indivíduo e, conseqüentemente, potencializar a sua incapacidade (NEVES, 2013).

As barreiras de acessibilidade podem dificultar a inclusão socioespacial impossibilitando a vida fora do cotidiano habitual e limitando o acesso às comodidades dos mundos urbanos do turismo. Um simples passeio que deveria ser agradável pode rapidamente transformar-se em cansativa e a visita turística pode parecer impossível (AMIUAD, 2015).

Tendo em vista esse processo de inclusão, se faz possível a partir da suspensão das barreiras físicas e sociais e de seus diferentes segmentos, sendo qualquer obstáculo que limite o acesso, a liberdade de circulação com segurança e a possibilidade de se comunicarem ou terem acesso à informação. É preciso para

tanto, analisar o papel da sociedade e do poder público, procedendo como mecanismo de planejamento e gestão; como também da própria pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, uma vez que este deve lutar e exigir seus direitos. As barreiras que essas pessoas enfrentam ainda são bem marcantes, ainda que a sociedade esteja mudando gradativamente a sua forma de se relacionar com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência (ALBUQUERQUE, 2012).

As barreiras arquitetônicas, comumente encontradas nas cidades, tanto nos espaços públicos como privados, são fatores que dificultam e, em algumas situações, impedem o deslocamento de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Promover a acessibilidade faz parte do processo de inclusão social não só das pessoas com deficiência, mas de todos que, permanentemente ou temporariamente, apresentam dificuldade de locomoção, incluindo nesta categoria crianças, pessoas idosas, gestantes e obesos. Acessibilidade é garantir que todos exerçam seus direitos de ir e vir, de acesso ao transporte, à comunicação, à educação, ao trabalho e ao lazer (BRASIL,2009).

De acordo com o Lei 13.146 de 13 de julho de 2015, e o Manual de Orientações: Turismo a acessibilidade (2006), as barreiras são classificadas em:

Quadro 4: Barreiras de acessibilidade segundo Manual de Orientações

Barreiras urbanísticas	As existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público
Barreiras nas edificações	As existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar
Barreiras transporte	As existentes nos serviços de transportes que impedem ou dificultam o ingresso ao interior dos veículos de transporte público, privado, aos terminais, às estações e aos pontos de parada
Barreiras comunicação e informação	Qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em BRASIL (2006)

Em vários estudos são encontrados classificações diversificadas destas barreiras e obstáculos, considerando os diversos fatores que influenciam como principal agente do empecilho de acessibilidade. Uma forma de agrupar estas barreiras é considerada quais são os elementos causadores que possam gerar essas dificuldades. Para o Ministério das Cidades, a classificação não se dá pelas pessoas e, sim, pelo que causa o contratempo, agrupados em barreiras físicas, barreiras tecnológicas e barreiras atitudinais (BRASIL,2006a).

Quadro 5: Barreiras de acessibilidade segundo Ministério das Cidades

Barreiras físicas	São elementos físicos, de qualquer natureza, produzidos ou naturais, existentes no interior de edificações públicas ou privadas, nos espaços externos às edificações, mas internos aos lotes e que sejam de uso comum, nos espaços urbanos e nos meios de transportes, inclusive o respectivo mobiliário de apoio ou comodidade pública.
Barreiras tecnológicas	São obstáculos gerados por evolução social de certa comunidade ou por avanços tecnológicos que não atenderam às limitações na mobilidade de algumas pessoas, limitando ou impedindo a acessibilidade aos espaços, objetos, determinados aparelhos, às comunicações, ao deslocamento, ao entendimento de certas situações.
Barreiras atitudinais	São posturas da sociedade em geral que geram entraves e que sejam causadas por atitudes de funcionários, moradores, comerciantes, profissionais liberais, os próprios indivíduos prejudicados ou qualquer pessoa da sociedade, por desconhecimento, despreparo, descaso ou ignorância, e que dificultem ou impeçam o acesso, a permanência, o manuseio, o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida a locais de uso comum ou qualquer outra atividade social que queiram realizar, participar, presenciar ou contemplar.

Fonte: Elaboração própria, baseado em BRASIL (2006a)

Diante deste cenário, a existência de barreiras físicas, tecnológicas e atitudinais constrange ainda mais as pessoas a nível sensorial, de mobilidade e nas dificuldades comportamentais. Sendo assim, os organizações especializadas em difundir o turismo acessível têm um grande papel, na hora de partilhar as informações que serão úteis aos possíveis consumidores. Neste caso, não se pode pensar apenas em adequar as infraestruturas físicas de determinados edifícios

destinados ao lazer e sim, em incorporar e habilitar uma sociedade preparada para aceitar todas as pessoas com alguma deficiência, assim como ajustar todos os serviços e recursos disponíveis a atendê-los (VASCONCELOS, 2015).

Sendo assim, segundo Devile (2009), grande parte das pessoas com algum tipo de deficiência, encontra consideráveis obstáculos no acesso às atividades turísticas, principalmente pela existência de barreiras nos diferentes elementos dos produtos turísticos, o que pode salienta alguma falta de atenção por parte dos agentes do setor turístico, público e privado, e da mesma forma, alguma imparcialidade do ponto de vista da investigação acadêmica.

Essa realidade de barreiras a superar, confere aos destinos turísticos acessíveis, novos desafios e organizações, tanto para os turistas como para a qualidade de vida local. O turista com deficiência valoriza as informações gerais dos destinos, para evitar surpresas inesperadas quando viajam. No auxílio de superar essas barreiras existentes o desenho universal surge como um novo de estudo para auxiliar os profissionais à enfatizar a importância de informações corretas das barreiras.

2.5. Desenho Universal

Nos anos 80, a discussão do tema acessibilidade abre portas o surgimento do conceito de Universal Design (Desenho Universal), antevendo a construção de ambientes capazes de ser utilizados por todas as pessoas. Este conceito teve o seu princípio no descontentamento das pessoas com deficiência que viam a sua mobilidade fortemente restrita e no empenho dos profissionais da construção, como arquitetos, engenheiros e designers, que não se contentavam com a ausência de acessibilidade visível nos edifícios. O principal objetivo do Desenho Universal é a melhoria da qualidade de vida e o conforto ambiental de todas as pessoas, seja pessoas com deficiência ou não, por intermédio da geração de acessibilidade estrutural (SILVIA, 2016).

A nomenclatura Universal Design (Desenho Universal), foi criada pelo arquiteto americano Ron Mace em 1987, que usava cadeiras de rodas e respirador artificial. Ele acreditava que seria o princípio não apenas de uma nova ciência ou estilo, mas o entendimento da necessidade de tornar o que é produzido e projetado utilizáveis por todas as pessoas (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008).

O desenho universal pretende atingir a todos os usuários com uma filosofia e um processo de criação que possibilita a acessibilidade universal em todas as esferas e que se inclui:

O meio construído, os produtos e os serviços, que não são discriminatórios mas sim seguros, saudáveis, funcionais, compreensíveis e estéticos. Promove soluções de design para que todas as pessoas os possam utilizar e, ao mesmo tempo, participar na construção da nossa sociedade (ARAGAL, 2009).

O princípio do desenho universal deve ser levado em consideração no ambiente urbano ao se construir espaços sem barreiras, para que uma pessoa com deficiência possa transitar por toda a cidade e as edificações. Por isso, para assegurar que o turista com deficiência consiga realizar sua viagem com segurança e conforto, os destinos turísticos competitivos nesse mercado, devem ficar atentos a essas exigências em todas as etapas da viagem (SERPA, 2009).

Aprofundando os estudos, na década de 90, Ron Mace reuniu na Carolina do Norte (EUA), um grupo de arquitetos e defensores destes ideais que determinou os sete princípios do desenho universal (quadro 6), conceitos aplicados mundialmente por programas de acessibilidade plena (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008). São eles:

Quadro 6: Princípios do desenho universal

Igualitário (Uso equiparável)	Torna igual os espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos.
Adaptável (Uso flexível)	Design de produtos ou espaços que atendem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso
Óbvio (Uso simples e intuitivo)	Torna claro o entendimento para que uma pessoa possa compreender, independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou nível de concentração.
Conhecido (Informação de fácil percepção)	Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição.
Seguro (tolerante ao erro)	Previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais.

Sem esforço (Baixo esforço físico)	Para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga.
Abrangente (Dimensão e espaço para aproximação e uso)	Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.)

Fonte: Elaboração própria, baseado em (CARLETTO; CAMBIAGHI, 2008).

Fornecendo assistência para superar barreiras, o desenho universal auxilia na prática, a promoção da inclusão através da universalidade de padrões das construções de rampas com patamar e inclinação favorável, calçadas rebaixadas ou faixas elevadas com a presença de rotas acessíveis, nas dimensões e layout dos banheiros acessíveis, na utilização de piso tátil direcional e de alerta, nas alturas dos balcões de atendimento adaptados, no dimensionamento de vagas de estacionamento reservada.

Todos os critérios para o desenvolvimento dos projetos acessíveis sejam eles arquitetônico ou urbanísticos são estabelecidos pela ABNT 9050/2015. Esses parâmetros são necessários para permitir a correta circulação entre os ambientes urbanos, como museus, praças, aeroportos, premissa indispensável ao bom funcionamento e desenvolvimento da atividade turística acessível (VASCONCELOS, 2015).

O Decreto Federal Nº 5.296/04, no artigo 8º inciso IX, define o desenho universal como:

concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade (BRASIL, 2004).

Seguindo os princípios do desenho universal, os projetos elaborados trazem benefícios para todos os usuários e promove a inclusão social das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

3. TURISMO ACESSÍVEL DE SOL E PRAIA

3.1 . O turismo de sol e praia e seu mercado

O turismo de Sol e Praia no Brasil consiste em uma atividade de importância econômica e social, utilizando recursos naturais como atrativos e se consolidou como destino turístico litorâneo. O Brasil possui uma grande extensão costeira, cerca de 8.500 km de linha (BRASIL, 2010), com clima tropical predominante e agradável, paisagens deslumbrante e praias diferenciadas pelas vegetações e ecossistemas distintos, além de ambientes naturais ainda preservados.

O despertar da praia como atração de lazer é entendida ao longo dos tempos de diversas formas, inicialmente produzidas no imaginário do homem ocidental por teorias religiosas e terapêuticas (LIMA, 2011).

Em meados dos século XVIII a função balneária terapêutica aparece na Europa, primeiramente sob as concepções benéficas do banho de mar, receitado por médicos para atender as pessoas que padeciam de algum moléstia e que tinham no ambiente urbano, um lugar insalubre. O conjunto composto pelo mar, a salinidade da água, o calor do sol, a brisa e a paisagem marítima, surge nessa época como um conforto para o restabelecimento físico e mental das elites (BRASIL, 2010).

Como afirma Dantas (2009, p.26), a prática terapêutica sobre a importância de respirar bem, provoca a corrida de doentes as estações balneárias:

Portanto, o tratamento permite beneficiar os doentes das qualidades curativas da água fria do mar e da ambiência marítima. Assim, a prescrição dos passeios de barco e das estadas nas ilhas, como tratamento das doenças pulmonares, privilegia a virtude terapêutica do ar em relação à água.

O crescimento turístico, em relação ao lazer das áreas litorâneas, ganha destaque mundial no Mediterrâneo no século XIX. Inicialmente, um lugar de atração turística para uma demanda seletiva e, posteriormente na década de 60 do século seguinte, para um turismo de massa. É Nessa época que o turismo tem um crescimento significativo dos deslocamentos turísticos nas regiões litorâneas e começa a ser apontado como um fenômeno social (BRASIL, 2010).

No Brasil, a associação de práticas marítimas aos tratamentos terapêuticos e com a construção do túnel velho, ligando o bairro de botafogo a Copacabana no Rio

de Janeiro, deu-se início ao processo de desenvolvimento do Turismo de Sol e Praia; acentuado pelo surgimento das segundas residências no litoral (BRASIL, 2010). Segundo Dantas (2009, p.23), "Com suas casas planas cercadas de jardins, Copacabana somente é verdadeiramente valorizada pelo veraneio em 1904, com a construção de uma via litorânea". Essa ideia se prolonga para as outras áreas das regiões Sudeste e Sul, e posteriormente para todo o litoral brasileiro. Morar na praia passa a ser uma prática propagada nos principais centros urbanos litorâneos, resultando em um crescente fenômeno social que utiliza o litoral como suporte para o desenvolvimento do turismo (LIMA, 2011).

O litoral possui uma concepção de lugar inigualável, de confluência do mar com a terra, e retrata um conjunto de aspectos humanos e físicos que propicia uma evidente raridade paisagística e regional (VILAR; SANTOS, 2011). Além disso, segundo os autores, as regiões costeiras são áreas extraordinárias; o encontro de pessoas, os usos do solo e de atividades de lazer e econômicas, a influência paisagística e climáticas são fatores eficientes, capazes de entender o espaço litorâneo como um lugar singular.

Esse litoral abundante é cenário privilegiado para práticas de lazer e convívio social, aos esportes náuticos ou simplesmente para contemplação e descanso. Um cenário assim deve ser aproveitado por todos.

A expansão do turismo de Sol e Praia se consolida no Brasil após a década de 70, devido as construções de segunda residências no litoral, e segue crescendo a medida que estes destinos se mantêm como potencial turístico. De acordo com Lima (2011), as praias do Nordeste brasileiro representam um dos mais significativos espaços de ocupação turística do litoral, deve-se a esse potencial à imensa diversidade de suas praias e a sua imagem de natureza paradisíaca, com sol o ano todo, vinculadas pelo marketing turístico.

O Turismo de Sol e Praia está associado à água e seus espaços adjacentes, como indispensáveis recursos turísticos. As distintas características físicas e geográficas das praias garantem o segmento de Sol e Praia e associam-se também a outras atividades turísticas, tais como: náuticas, pesca, aventura, ecoturismo, entre outras. Esses espaços naturais de multiusos devem ter um tratamento especial que permita abordar planejamento relacionado com as condutas compostas em documentos e normas já existentes acerca da temática. No desenvolvimento

desse segmento do turismo, ações conjuntas governamentais e privadas dão sustento a intensificação da atividade turística, através de programas territoriais, sem esquecer a responsabilidade e conscientização ambiental (BRASIL, 2010).

Cabe destacar, a preocupação governamental do país em difundir informações mais recentes e atualizadas a respeito do segmento, além de seu papel social:

O Ministério do Turismo reconhece essas tendências de consumo como oportunidades de valorizar a diversidade e as particularidades do Brasil. Por isso, propõe a segmentação como uma estratégia para estruturação e comercialização de destinos e roteiros turísticos brasileiros. Vale lembrar que as políticas públicas de turismo, incluindo a segmentação do turismo, têm como função primordial a redução da pobreza e a inclusão social (BRASIL, 2010, p.9).

O Caderno de orientações básicas do turismo de sol e praia do Ministério do Turismo (MTUR), além de destacar a importância econômica e cultural local, decorrente da dinâmica de uso e ocupação do solo, realça ainda, aspectos gerais para estruturação de destinos turísticos de Sol e Praia e procedimentos para o desenvolvimento da atratividade, salientando o merecimento da concepção de produtos acessíveis para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida:

Os empreendimentos situados nas praias devem adequar seus projetos arquitetônicos e de engenharia, consoantes às normas e especificações de adaptação e acessibilidade. Segundo a NBR 9050:2004, alguns itens de acessibilidade devem ser respeitados nas praias brasileiras, para garantir a utilização por pessoas com deficiência (BRASIL, 2010, p.54).

3.2. Práticas Inclusivas: Casos em Portugal, Espanha e França

Afim de expandir as oportunidades e processar as mudanças de um destino turístico, usando a adequação de turismo para pessoas com deficiências em modelo de competitividade entre esses destinos, este trabalho realiza uma pesquisa bibliográfica em artigos que descrevem qual relação existe entre o turista com deficiência e o turismo acessível de praia nos três países distintos, Portugal, Espanha e França. Sendo assim, observa-se as principais campanhas utilizadas por esses destinos, aberto a turista com deficiências e as suas dificuldades.

Segundo a dissertação de Vasconcelos (2015), A cidade do Porto está moldada para receber turistas com deficiências; O Porto possui muito bons exemplos de trabalhos realizados na área da acessibilidade turística. A cidade de

Porto embora possua deficiências físicas e humanas, pode oferecer ao turista várias opções de atrativos para as férias. O turista com deficiência costuma valorizar bastante as informações prévias do local, com o objetivo de evitar surpresas embaraçosas quando viaja.

Em Portugal, o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT, 2007) aponta como fundamental o desenvolvimento de conteúdos (oferta e bens culturais) nos quais se insere a integração de questões sobre a acessibilidade, dando oportunidade a todos de utilizar a oferta diferenciadora de Portugal (PENT, 2007). Sendo assim, é apontada o estímulo à criação de acessibilidade como ferramenta de oferta do conteúdo cultural e turístico. Para isso foram estudadas as possibilidades de acessibilidade dos destinos, através de plataformas da internet como o Portal do Sistema de Itinerários Acessíveis (SIA) e a Portugal Acessível, desenvolvidas pela Câmara Municipal do Porto e a Associação Salvador (VASCONCELOS, 2015).

Figura 5: Rampa de acesso a Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

O Decreto-Lei nº163/06, de 8 de Agosto, promove o turismo acessível, salientando a “Praia Acessível – Praia para Todos” (Fig. 6). Este programa, lançado em 2005, foi coordenado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação em parceria com o Turismo de Portugal teve como o objetivo principal tornar acessíveis as praias nacionais, marítimas ou fluviais, às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa iniciativa impulsionou Vários outros projetos em Portugal (NUNES, 2011).

Figura 6: Vaga para PNE. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

A primeira versão do projeto em Portugal de Praia Acessível, foi concretizado em 2007, possibilitando o acesso ao mar de forma em igualitária. Posteriormente o projeto “Praia Acessível – Praia para Todos” se expande por todo o país continental e ilhas, atingindo 181 praias, entre marítimas e fluviais. Os critérios portugueses para que uma praia seja considerada acessível e "tenha o galardão de Praia Acessível", são a disponibilização de cadeiras anfíbias, estacionamento adaptado

reservado (Fig. 7), rampas de acesso à faixa de areia ou balneário, passarelas que levem até à zona de toldos ou outros equipamentos existentes próximos da água, instalações sanitárias adaptadas e de fácil acesso (Fig.8) e (Fig.9), postos de primeiros socorros e se possível com a presença de salva vidas (Fig.10) (NUNES, 2011).

Figura 7: Sanitários adaptados. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

Figura 8: Sanitários - Vista interna. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

Figura 9: Salva vidas- Galardão. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



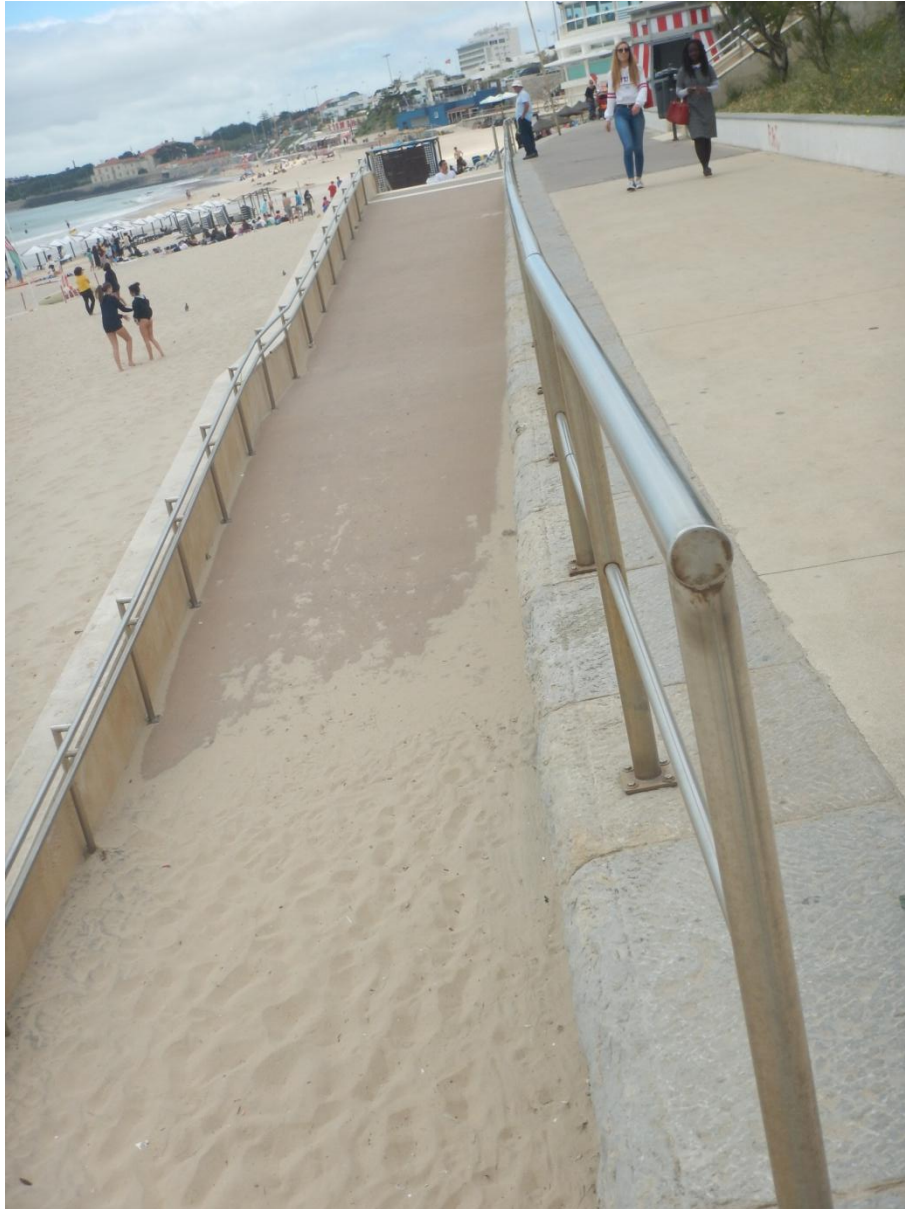
Fonte: Diniz Santana, 2018.

O estudo da acessibilidade, muitas vezes é pensado somente levando em consideração os termos físicos, entretanto, as pessoas que trabalham com turismo, devem conhecer as possibilidades de limitações dos clientes com deficiências. Sendo assim, a capacitação e formação dos profissionais é uma necessidade mercado perante uma crescente responsabilidade social; sendo a instrução a melhor ferramenta para a inclusão (VASCONCELOS, 2015). Portugal fez uma campanha local de conscientização de inclusão com leitura em Braille e outras ações capazes de facilitar a acessibilidade turística.

A nova legislação portuguesa de acessibilidade, em vigor desde Fevereiro de 2007, determina que os projetos de construção e reforma dos espaços públicos e privados, obedeçam as normas técnicas para que possam permitir a total acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade, para que se sintam fazendo parte integrante da sociedade (Fig. 11). Para tanto, foi elaborado um Guia de Acessibilidades, uma cooperação entre o Instituto Nacional da Habitação, a

Associação Portuguesa de Planeadores do Território (APPLA) e o Instituto Nacional para a Reabilitação (MONIZ, 2009).

Figura 10: Adequação urbana. Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

Algumas cidades de Portugal, como Lisboa, estão investindo na qualidade de vida da população (Fig.12) e promovendo iniciativas no âmbito da inclusão social para o desenvolvimento do turismo acessível (Fig.13). É o caso de Lousã, um município da região central com praias fluviais formadas pelos rios Ceira e Arouce, que possuem a bandeira de Praia acessível, sendo o primeiro destino em Portugal a trabalhar com o turismo acessível como uma forma estratégica de desenvolvimento

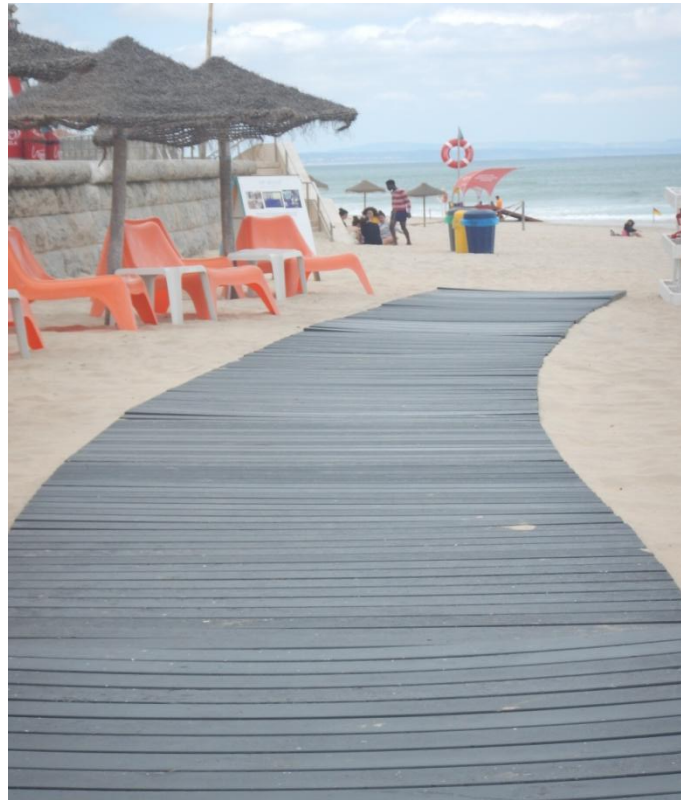
do município, adquirindo experiências pela ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã. Fundada em 1978, a ARCIL possui como seu principal papel social o desempenho na construção de uma cultura de acessibilidade, modificando as percepções e o respeito pelo apoio às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e às suas famílias, de forma a melhor assisti-las através da capacitação de agentes locais, preocupados em fornecer aos moradores e turistas informações adequadas e conteúdos diferenciados de seus atrativos turísticos acessíveis (ROSÁRIO, 2013). Ainda segundo o autor, um exemplo da preocupação e diferenciação dos atrativos acessíveis são as praias fluviais de Lousã (Fig.14), uma vez que 2 dessas praias têm a “Bandeira Praia Acessível”.

Figura 11: Rampa com corrimão, Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

Figura 12: acesso a faixa de areia, Praia de Cascais, Lisboa - Portugal



Fonte: Diniz Santana, 2018.

Figura 13: Acessibilidade Praia Fluvial de Lousã - Portugal



Fonte: <https://www.metronews.com.pt/2017/06/28/praias-fluviais-da-lousa-com-bandeira-azul-e-praia-acessivel/>

A região do Algarve no sul de Portugal, possui um conjunto de praias diversificadas, podem ser enseadas, falésias, grutas ou praias rochosas que totalizando 133 praias (Fig.15). Em 2016, o Algarve atinge o número de 88 praias acessíveis que possuem a bandeira azul, tornando-se um dos destinos turísticos acessíveis mais visitados na Europa. A Bandeira Azul é um eco-label (prémio ecológico) internacional, que “visa promover o desenvolvimento nas praias/marinas através do cumprimento de critérios rigorosos relativamente à qualidade da água, educação e informação ambiental, gestão ambiental e segurança e outros serviços” (Algarveportal.com, 2018).

Figura 14: Acessibilidade, Praia de Albufeira, Algarves - Portugal



Fonte: <https://www.feriasemportugal.com/praiado-peneco-albufeira>

Entre outras cidades com a abordagem de acessibilidade como atributos de oportunidade turística encontram-se na Espanha (Fig.16). Este país já é considerado um destino de longa tradição turística devido a sua privilegiada localização e clima agradável; refletindo assim como um destino fortemente chamativo para o turismo acessível (VILA, DARCY, GONZALEZ, 2015). Ainda segundo os autores, esses aspectos geográficos e densidades populacionais são relevantes, uma vez que a

Espanha possui uma forte política social, tendo sido um dos primeiros países defensores dos direitos das pessoas com deficiência, através da Lei de Integração social das Pessoas com deficiências de 1982 e a Lei de 2003 fala sobre a Igualdade de Oportunidades e acesso universal para pessoas com deficiências.

Figura 15: Praia acessível - Praia de Montegordo, Espanha



Fonte: <http://www.tripaccessible.com/pt/experience/prai/prai-montegordo/>

Com os critérios da inclusão social, foi possível constatar que a Praia de La Misericórdia, em Málaga, pode ser considerada totalmente acessível, seus projetos e equipamentos podem servir de modelo para qualquer praia do mundo; com o Projeto "Disfruta La Playa" que funciona durante o verão e trabalha com a inclusão de pessoas com deficiência, utilizando totens de sinalizações em braile e pisos táteis no calçadão (LUIZ; MACHADO, 2017).

Segundo LIMA (2019), A cidade de Arona, situada na ilha de Terenife, foi considerada pela comissão Europeia como um dos primeiros e principais exemplos de turismo acessível na Espanha, quando em 2003 iniciou o Plano de Acessibilidade de adaptação melhorando a acessibilidade de suas praias (Fig.17).

Figura 16: Praia acessível - Arona, Espanha



Fonte: LIMA, 2016

Ainda de acordo com Lima (2019), as praias de Los Cristianos e Las Visitas em Arona, são praias adaptadas aos deficientes devido a uma iniciativa de cooperação entre a Câmara Municipal de Arona e a SIMPROMI (Sociedade Insular para Promover Pessoas com Deficiência).

Na França, diversas cidades encontra-se no roteiro de turismo acessível de praia, a região Poitou-Charentes, que tem uma forte política pública de acessibilidade, foi a primeira região francesa a adotar ao programa de

"acessibilidade das praias e recreação aquática", colaborou com 46 projetos de incremento elaborados pelas autoridades locais para tornar suas praias acessíveis a todos. Esta iniciativa foi consolidada pela aplicação do rótulo "Turismo & Handicap" (Fig.18), que consiste na produção de um guia técnico sobre acessibilidade aos equipamentos e à qualificação dos profissionais do turismo. Para afirmar esse projeto em 2008 foi lançado um site inovador: "www.handicapcharente-maritime.com", este site é o primeiro com intuito turístico institucional a obter o selo de ouro do rótulo Accessiweb37. Além disso, a região instituiu um concurso anual de "Handicaps et Territoires " para novas iniciativas territoriais em benefício de pessoas com deficiência, coordenadas por autoridades públicas ou associações (AMIUAD, 2011).

Figura 17: Turismo & Handicap



Fonte: <https://www.saintlary.com/winter/useful-information/tourism-handicap>

A temporada de verão na França traz uma mudança paisagística nas comunidades do litoral com a chegada dos turistas. Na região da Charente Marítima, a iniciativa pública e privada oferece instalações e equipamentos especiais como passarelas e cadeiras anfíbios, para desfrutar das comodidades do litoral como qualquer cidadão (Fig.19). Esses novos equipamentos refletem uma mudança social que tem acontecido nos últimos anos, devido ao crescente respeito com os turistas que possuem necessidades especiais (AMIUAD, 2011).

Figura 18: Equipamentos especiais - Costa de Charente, França



Fonte: [http:// www.infiniment-charentes.com/15-meilleures-plages-de-cote-atlantique](http://www.infiniment-charentes.com/15-meilleures-plages-de-cote-atlantique)

Assim como nos municípios da costa da Charente têm a característica em oferecer instalações e infra-estruturas adequadas à recepção de turistas com deficiência, as cidades de La Rochelle, Royan ou Saint-Gilles-Croix-de-Vie seguem o mesmo padrão de promover através de sites, equipamentos adaptados que ofertam as praias com instalações de rampas, caminhos de praia e cadeiras para banhos. O município de Saint-Gilles-Croix-de-Vie também investiu em cabanas de praia, com instalações sanitárias. (AMIUAD, 2011).

Foi identificado por AMIUAD(2011), que os turistas com deficiência preferem as praias "urbanas" por terem facilidades de acesso e mobilidade urbana, além de lojas e lugares de estacionamento reservados nas proximidades. Outra facilidade nas praias urbanas partiram de iniciativas privadas com o objetivo de permitir que pessoas com deficiência descubra atividades esportivas e de lazer, como surf ou kite-surf. A associação esportiva, "vagdespoir", fundada por por Ismaël Guilliorit em 2004, surge com soluções inovadoras para adaptar equipamentos esportivos.

3.3. Experiências de praias acessíveis no Brasil

➤ 1- Projeto Praia Para Todos - RJ

O Praia Para Todos é o primeiro projeto de acessibilidade em praia no Brasil idealizado pelo Instituto Novo Ser em 2008, como projeto piloto, no Rio de Janeiro, cujo objetivo principal inicialmente foi proporcionar uma infraestrutura acessível para as pessoas com deficiência (LUIZ, MACHADO, 2017).

O projeto inicial é uma parceria entre os setores público e privado e funciona em um posto de apoio de cada praia da cidade, composto com recursos assistidos (cadeiras anfíbias, esteiras, material desportivo e de apoio) e uma equipe técnica para auxiliar a desenvolver atividades esportivas inclusivas para pessoas com deficiências, proporcionando toda segurança possível e necessária. Para isso, as normas exigidas de acessibilidade foram implantadas ao entorno dos postos de atendimento (Praiaparatodos.com, 2018).

Intitulado inicialmente de Praia Acessível – Lazer Para Todos, este projeto foi sucedido posteriormente, no ano de 2009, na Praia do Leblon, no posto 11, aproveitando a esteira de bambu já instalada em 2006 pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, feito em parceria com o CVI – Centro de Vida Independente (Fig.20) (Praiaparatodos.com, 2018).

Figura 19: Projeto Praia para - Todos Rio de janeiro, RJ



Fonte: <http://maonarodablog.com.br/2015/02/26/praiapara-todos-2015-rio-de-janeiro>

De caráter original e inovador no Brasil, este projeto foi o pioneiro na época, pois não havia nenhuma ação conhecida de inclusão de deficientes em praias, mesmo com a considerável iniciativa de instalação outross anteriores, das esteiras de bambu, uma vez que as mesmas não eram usufruída por cadeirantes, pois eles necessitam de um apoio e infraestrutura mais específicos. Devido ao grande sucesso do programa, um importante apoio e parceria foi feita entre a empresa Michelin e a Secretaria Municipal de Turismo, além da colaboração de um grupo de surf adaptado, agregando mais valor de caráter esportivo ao projeto (Praiaparatodos.com, 2018).

De acordo com Ricardo Gonzales, idealizador do projeto, as parcerias com a prefeitura, estado e iniciativas privadas são importantes para fornecer a infraestrutura básica para o funcionamento do projeto:

Seria banheiro acessível, esteira para a passagem de cadeira de rodas na areia, cadeiras anfíbias, rampeamento do calçadão para a parte arenosa feita de concreto e todo o entorno acessível também, para deficiente físico e para outras deficiência, como o deficiente visual, que são os semáforos sonoros para atravessar, piso táctil desde o ponto de ônibus ao ponto do projeto ou posto do quiosque

(GONZALES¹, 2017).

Esse conjunto de iniciativas sensibilizou o uso das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida pela utilização de um espaço de poder público tão pouco explorado por eles. Fez-se então necessário a expansão e a redefinição da estratégia do projeto. Despontou o PRAIA PARA TODOS, instaurado no início de 2010 de forma itinerante. O projeto tinha o objetivo de beneficiar diferentes cenários e comunidades e propagar os conceitos de Acessibilidade e Inclusão. Circulou em 2011 e 2012 nas principais praias da cidade, Barra da Tijuca, Copacabana, Ipanema e Piscinão de Ramos. Porém em 2013, com o objetivo de consolidar um local como referência de acessibilidade, um ponto fixo foi estabelecido na praia de Copacabana, em parceria entre o Instituto Novo ser e o 3º Gmar, Grupamento Marítimo de Copacabana, com a colaboração do Ten. Cel. Marcelo Pinheiro. Essa ação conjunta auxiliou suporte logístico de armazenamento e transporte de materiais, além de proporcionar uma enriquecedora troca de experiências (Praiaparatodos.com, 2018).

¹ GONZALES, R. Entrevista concedida a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima. Rio de Janeiro, 2017. A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "1".

O Projeto atende às necessidades de cerca de 50 pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por dia, desde o início foram realizados cerca de 3.500 atendimentos diretos, tornando-se uma referência a nível nacional e internacional em acessibilidade nas praias (Fig.21). Representantes de outros estados brasileiros fizeram contato para conhecer o projeto de forma a replicá-lo em suas regiões (Praiaparatodos.com, 2018).

Figura 20: Assistência no Projeto Praia para Todos



Fonte: <http://www.praiaparatodos.com.br>

➤ 2- Projeto Praia Sem Barreiras - PE

Com o objetivo de promover um espaço de praia com a inclusão social e lazer que atendesse as necessidades das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida,

o Projeto Praia Sem Barreiras foi planejado em 2013 no estado de Pernambuco (BELO, 2015).

A Empetur, Empresa de Turismo de Pernambuco, através da Unidade de Projetos Especiais, com a finalidade de assegurar o direito constitucional de ir e vir dos cidadãos, e a fim de propiciar a autonomia e segurança aos meios públicos, desenvolveu e estruturou um planejamento para a implantação do Projeto Praia Sem Barreiras. Primeiramente foi feito um mapeamento acerca da acessibilidade turística na Praia de Boa Viagem (BELO, 2015).

Uma arena de acessibilidade na Praia de Boa Viagem foi projetada com o intuito de atender as pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida e portanto adotou-se de um modelo que atende a uma rota acessível. Para isso foi adotado critérios e determinações o Decreto Federal n.º 5.296/2004, de 2 de dezembro de 2004, como também da normatização estabelecida pela ABNT/NBR 9050:2004, Associação Brasileira de Normas Técnicas/Norma Brasileira, a fim de utilizar “critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade” (ABNT, 2004, p. 1) (BELO, 2015).

Figura 21: Jangadas adaptadas



Fonte: <https://goo.gl/qFqpFZ>

Para atender adequadamente todas as necessidades possíveis de acessibilidade ao local foram feitas algumas adaptações necessárias ao entorno: estacionamento reservado aos deficientes, rampas e corrimãos na descida para areia e na rota acessível além de jangadas adaptadas (Fig.22) (BELO, 2015). Essa arena é uma área de 200m², montada e desmontada de quinta-feira a domingo na Praia de Boa Viagem.

➤ 3- Projeto AC Social - PB

Todos os sábados pela manhã, na Praia de Cabo Branco em frente a Fundação Casa José Américo na cidade de João Pessoa, acontece o projeto AC Social, Acesso Cidadão Social. O coordenador Genilson Machado redescobriu há seis anos o prazer do banho de mar, afastado de uma de suas paixões após sofrer um acidente durante um mergulho em piscina que o deixou tetraplégico. A paixão pelo mar o fez buscar e compartilhar sua vitória com outras pessoas deficientes e atualmente coordena uma organização que auxilia o acesso ao mar com a ajuda de voluntários e cadeiras anfíbias (Fig. 23).

Figura 22: Cadeiras anfíbio Projeto AC



Fonte: Diniz Santana, 2018

Podemos notar que toda a estrutura do projeto é adaptada (Fig.24) e (Fig.25), não possuindo espaço físico adequado às necessidades das pessoas com deficiência. O projeto conta com apoio da prefeitura na montagem de uma estrutura de um toldo removível semanalmente e montado na areia somente aos sábados, dias que o projeto funciona, a prefeitura também é responsável pela guardaria de todo material utilizado, transportando através de um caminhão baú, e pelo fornecimento de um caminhão pipa carregado com água do mar. O projeto tem parceria com o governo do estado através da Fundação Casa José Américo onde possui um espaço com um contêiner que serve de depósito para guardar o material de apoio utilizado nas ações.

Como o projeto funciona somente aos sábados, não é possível atender aos turistas em outro dia da semana, pois além de não ter sede fixa própria, não tem o material adequado disponível nem os voluntários para auxiliar.

Figura 23: Estrutura montada com toldo



Foto: Diniz Santana, 2018

Figura 24: Rampa de acesso



Foto: Diniz Santana, 2018

Para o acesso ao mar, momento mais esperado, o projeto possui além das cadeiras anfíbios, coletes salva-vidas e caiaques, todos utilizados com o auxílio dos voluntários.

Figura 25: Vôlei sentado



Fonte: Diniz Santana, 2018

Figura 26: Handbikers

Fonte: Diniz Santana, 2018

Outras atividades esportivas também são desenvolvidas com equipamentos do projeto, como a prática de vôlei sentado (Fig.26), frescobol e handbikes (bicicletas movidas pelos braços) (Fig.27). A água do mar transportada pela prefeitura em um caminhão tipo pipa tem a função de preencher duas piscinas infláveis no intuito da prática da talassoterapia (terapia com o uso da água do mar) (Fig.28).

O projeto possui diversos equipamentos para atividades esportivas adaptadas. A disposição desse material no calçadão no início das atividades é para atrair a atenção dos que transitam no local e despertar o interesse dos participantes.

Hoje o projeto atende a cerca de 50 frequentadores cadastrados (Fig. 29), com algum tipo de deficiência e seus familiares, conta com a colaboração de voluntários fixos como profissionais da área de saúde e educação física e voluntários esporádicos como estudantes de instituições educacionais, comunitárias ou religiosas.

Figura 27: Talassoterapia



Fonte: Diniz Santana, 2018

Figura 28: Assistência ao Público



Fonte: Diniz Santana, 2018

O sonho de Genilson, coordenador do projeto, se vê em seus olhos, através de sua contemplação da realização dos participantes do projeto, relata o coordenador:

Eu e minha equipe nos dedicamos inteiramente todos os dias para manter o projeto funcionando e assim continuar proporcionando a acessibilidade ao lazer. Cada pessoa que vejo entrar no mar, jogar vôlei, ou andar de bicicleta pela primeira vez na vida ou depois do acidente, é uma emoção enorme, pra eles e pra mim. É um motivo cada vez maior para que possa fazer que isso perdure para sempre. Para mim é um sonho realizado, relata o coordenador (MACHADO², 2017).

➤ 4- Piauí Praia Acessível

Localizada na orla da Praia de Atalaia, no município de Luís Correia, os serviços do Piauí Praia Acessível somente são disponibilizados nos períodos de alta temporada, podendo eventualmente também utilizar em feriados prolongados. O acesso em outro período pode ser feito por agendamento em qualquer período, somente para grupos de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Os que tiverem interesse devem agendar entrando em contato com a coordenação do projeto. Para utilizar os equipamentos basta se dirigir à sede do projeto, com documento de identificação com foto e CPF e solicitar as cadeiras (Turismoadaptado.com, 2018).

➤ 5 -Praia Acessível em São Paulo

As pessoas com deficiências que tenham interesse em encontrar equipamentos adaptados, devem procurar os postos do Praia Acessível, nos municípios de Avaré, Adolfo, Bertioga, Caconde, Cananeia, Caraguatatuba, Guarujá, Iguape, Ilhabela, Intanhaém, Ilha Solteira, Itapura, Martinópolis, Miguelópolis, Mongaguá, Panorama, Peruíbe, Praia Grande, Presidente Epitácio, Rifaina, Santos, São Vicente, Rosana e Ubatuba. Os postos funcionam aos sábados, domingo e feriados. Alguns postos funcionam o programa em outros dias da semana, é o caso de Itanhaém, que funciona diariamente, durante todo o verão (turismoadaptado.com, 2018).

² MACHADO, G. Entrevista concedida a Waleska Diniz Santana. Paraíba, 3 de março de 2018.

➤ 6- Natal Praia Inclusiva

Nas praias de Ponta Negra, pertinho do Morro do Careca, funciona a Organização da SADEF, uma praia considerada inclusiva em práticas esportivas para as pessoas com deficiência. Possui equipamentos como cadeiras anfíbias, caiaque, stand up, futebol e vôlei sentado. Funciona todos os sábados e domingos das 8h às 12h (turismoadaptado.com, 2018).

➤ 7- Praia Acessível no Paraná

As praias do Paraná receberam nove cadeiras que estão disponíveis, gratuito e pode ser feito todos os dias da semana, das 10h às 19h. São as praias de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná e Santa Helena (turismoadaptado.com, 2018).

➤ 8- Projeto Estrela do Mar - SE

O Projeto Estrela do Mar é uma ação idealizada por Byron Silva (Fig.30), um policial militar que começou a ação com ajuda de familiares e amigos com o propósito inicial de atender somente crianças e adolescentes com alguma deficiência intelectual como síndrome de down e autismo com a prática do bodyboard, uma modalidade de surf que usa uma prancha que não machuca, porém devido a grande procura o projeto se estendeu para as pessoas com outros tipos de deficiências.

Figura 29: Byron Silva, idealizador do projeto



Fonte: Diniz Santana, 2019

A princípio desenvolvida por cerca de 40 voluntários associados que desenvolve atividades de lazer na praia para pessoas com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida. Por ser um projeto permanente, funciona há seis anos, todos os sábados, no qual são atendidos aproximadamente umas 150 pessoas com algum tipo de deficiência, devidamente cadastrados no projeto. O cadastro auxilia no estudo dos benefícios adquiridos através das atividades exercidas no projeto. Os familiares também são beneficiados com ações recreativas e cuidados terapêuticos em alguns momentos. O grupo assistido é constituído por crianças, adolescentes, adultos e idosos que apresentam deficiência auditiva, motora, visual e ou intelectual (Fig. 31).

Figura 30: Assistidos pelo projeto



Fonte: Diniz Santana, 2019

O projeto que tem como finalidade maior o banho de mar, utiliza sua sede em uma área do Bar Solarium em Aracaju (Fig. 32), uma concessão pelo governo estadual de aproximadamente hum mil metros quadrados, localizado à beira da praia na Rodovia José Sarney. Conta com uma estrutura de restaurante, composto por salão principal, cozinha, depósito, dois banheiros adaptados, rampas de acesso e estacionamento (Fig. 33) e (Fig. 34), quiosques de recepção e acolhimento e área externa não pavimentada destinada às atividades de lazer (Fig.35).

Figura 31: Bar Solarium**Figura 32: Rampa de Acesso**

Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 33: Estacionamento sinalizado

Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 34: Quiosque de acolhimento



Fonte: Diniz Santana, 2018

Figura 35: Cadeira Anfíbio



Fonte: Diniz Santana, 2018

As atividades recreativas começam com o aquecimento, que vai desde aula de ginástica aeróbica, disputa de cabo de guerra, pula corda, jogo de peteca, aulas de capoeira e outras brincadeiras animadas. Depois disso, enfim o momento esperado, os voluntários após um treino específico, utilizam cadeiras anfíbios (Fig.36) e (Fig.37) e através de uma rampa de acesso a faixa de areia e (Fig. 38) deslocam os assistidos para o banho de mar. Os mais experientes entram no mar com o auxílio de pranchas adaptadas de bodyboarding (Fig.39), como ferramenta de inclusão social para pessoas com deficiência de experimentar novos desafios.

Durante os outros dias da semana em que o bar estiver funcionado, as cadeiras anfíbios ficam a disposição dos usuários com assinatura de um termo responsabilidade, desta forma o projeto estende suas ações para os turistas que procuram um espaço de diversão a beira mar.

Figura 36: Assistência com Cadeira Anfíbio



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 37: Rampa de acesso a faixa de areia



Fonte: Diniz Santana, 2018

Figura 38: bodyboarding com assistência



Fonte: Diniz Santana, 2019

4. RESULTADOS

A inclusão de pessoas com deficiência, durante muito tempo, foi vista como uma questão isolada, apenas das famílias. Aos poucos foram surgindo instituições e grupos de apoio que possuem a preocupação de integração social dessas pessoas, tendo o direito ao lazer como mecanismo específico de inclusão nesse ambiente. A praia passa a ser um cenário tangível e o turismo acessível de praia uma maneira saudável de as integrar.

Neste sentido, o Turismo acessível tem assumido gradativamente uma perspectiva mais atenta ao mercado observando-se nos últimos anos através das medidas utilizadas, nas adequações dos equipamentos e nova postura dos serviços turísticos. As pessoas com deficiências, desejam um tratamento e oportunidade igualitário nas mais diversas atividades turísticas, que sejam respeitadas as capacidades e mobilidades individuais apenas necessitando de algumas adaptações, como podemos verificar nos exemplos de casos estudados que já existem boas práticas desenvolvidas

Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante. O cenário de turismo acessível de praia proposto neste trabalho, procura devolver esse momento único de lazer e contato com a praia e com o mar.

Para a construção do Cenário de Turismo Acessível de Praia (CTAP) proposto (Quadro 7), foram geradas diretrizes e critérios baseados no cruzamento das informações das determinações existentes dos artigos da NBR 9050/2004, na lei 13.146 13 de julho de 2015, nas cartilhas do Ministério do Turismo: Turismo e Acessibilidade, cartilha do Ministério das Cidades: Brasil Acessível, nas experiências aplicadas em Portugal, Espanha e França e em ações sociais de acessibilidade de praias em algumas cidades do Brasil (Quadro 7).

Além do uso da normatizações como indicadores para a construção desse cenário turístico, os equipamentos turísticos foram idealizados através das pesquisas de campo e observações das ações dos projetos de acessibilidade de praia estudadas e visitadas no Brasil e na Europa. As observações feitas no campo durante os diagnósticos de acessibilidade de praia, permitiram formulação do cenário (CTAP) segundo a qual a estruturação de uma rede coerente de serviços

turísticos acessíveis através da criação de uma abordagem participativa das pessoas com deficiência.

Quadro 7: Indicadores do CTAP

INDICADORES PARA O CTAP	
Normas ABNT NBR 9050/2004	Piso tátil, barras de apoio, sanitários adaptados, inclinação de rampas, número de vagas para deficiente, dimensões dos ambientes
Barreiras Urbanísticas	Passarela e passeios sinalizados, rampas, faixa de pedestre, arborização
Barreiras Arquitetônicas	Módulo com banheiros, bares e restaurantes acessíveis
Barreiras no Transporte	Abrigo de ônibus, estacionamento com vagas reservadas, bicicletário
Barreiras de Comunicação e Informação	Semáforo sonoro e com temporizador, totem sonoro de localização e mapas táteis com inscrição em braile
Barreiras Físicas	Criação de equipamentos turístico de recreação com acessibilidade
Barreiras Tecnológicas	Guia de boas práticas de acessibilidade entregue na rede hoteleira e divulgação na internet
Barreiras Atitudinais	Conscientização da população local através da divulgação do atrativo turístico, sustentabilidade ambiental com uso de material ecológico
Desenho Universal	Uso dos símbolos universal das deficiências
Observação em praias acessíveis na Europa e em projetos e ações de acessibilidade de praia no Brasil	Postos de guarda vidas, Guardaria de cadeiras anfíbios, duchas e lava pés com alturas adequadas e próximo a vaga para deficiente, passeio na faixa de areia, espaço para recreação com acessibilidade, áreas sombreadas, adaptações em áreas de atividades esportivas e recreativas
Equipamentos turísticos	Centro de atendimento ao turista -CAT Placa de sinalização de praia acessível, centro de informações turísticas com pessoal qualificado

Fonte: Elaboração própria autora

A partir do conjunto de indicadores foi possível elaborar prospecções de cenários arquitetônicos que validam a aplicabilidade do CTAP em uma faixa de areia de praia. Cada cenário confirmam as soluções encontradas para adequar os espaços público de praia ao turismo acessível (Fig.40).

Figura 39: Vista aérea 01 do cenário



Fonte: Diniz Santana, 2019

A aplicação do princípio do Desenho Universal é outro indicador para a construção do cenário (CTAP) que pressupõe a integração da diversidade humana e a diversidade de territórios e, portanto, foi pensado em termos de equidade. E é neste princípio de equidade que devemos desenhar para classificar a aplicação de

acessibilidade para todos desse cenário turístico, a fim de determinar seu papel na sociedade.

Todo o cenário (CTAP) atende a requisitos de comunicação e sinalização, acessos e circulações, sanitários e mobiliários urbanos. O cenário (Fig.41) e (Fig.42) foi construído utilizando um software de modelagem 3D, no sketchup, humanização no software lumion, além de tratamento de imagem aéreas filmadas com auxílio de um droner e redenzizadas no photoshop, para apresentação oral um vídeo editado no sony vegas.

Figura 40: Vista aérea 02 do cenário



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 41: Vista aérea 03 do cenário



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 42: Faixa de Pedestre/ Passeio com Piso Tátil



Fonte: Diniz Santana, 2019

Para a atravessar a via, o pedestre deve utilizar a faixa de pedestre (Fig.43) com demarcação de piso tátil direcional, sinalização tátil de alerta na chegada rebaixada do passeio e instalação de semáforo com temporizador e aviso sonoro com botão de acionamento a 1,20 de altura. O tempo de travessia deve ser calculado levando-se em consideração o ritmo de caminhada dos idosos e pessoas com mobilidade reduzida.

O CTAP foi elaborado com uma estrutura destinada aos serviços de transporte público, turístico e privado com estacionamentos e abrigos de ônibus capazes de proporcionar um deslocamento seguro e confortável para todos os indivíduos com eliminações de barreiras. Os passeios (Fig.43) devem ser amplos, com pisos antiderrapantes e instalações de pisos direcionais e de alerta na presença de obstáculos. Os abrigos de paradas de ônibus (Fig.44) devem possuir piso antiderrapante e tátil, sombreamento, fechamento lateral com vidro para visualização da chegada dos ônibus, totem informativo de horários e tarifas, botão luminoso de chamadas, bancos de espera e espaço livre para aproximação lateral de cadeirantes.

Figura 43: Abrigo de ônibus



Um amplo estacionamento (Fig.45) disponibiliza vagas para veículos turísticos e privados aos que chegarem ao Cenário de Turismo Acessível de Praia (CTAP) de automóvel. Deve-se haver vagas destinadas para deficientes e idosos marcadas com sinalizações verticais e horizontais com símbolo internacional de acessibilidade.

Nas extremidades da área de estacionamento encontram-se rampas de acesso ao passeio principal com rota acessível que permita o deslocamento com segurança em toda a área das vagas. Também nas extremidades da área do localizam-se duchas e lava pés para higienização na saída.

Figura 44: Estacionamento



Fonte: Diniz Santana, 2019

O Centro de Atendimento ao Turista (CAT) (Fig.46) e (Fig.47) se localizará na área central da CTAP para recepção e acolhimento. No intuito de eliminação de barreiras atitudinais e de comunicação o espaço do CAT também tem sua área destinada para reuniões e atividades recreativas de ações e projetos locais de acessibilidade a praia facilitando o atendimento e a interação de uma pessoa com deficiência nesse ambiente de praia.

Figura 45: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) 01



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 46: Centro de Atendimento ao Turista (CAT) 02



Fonte: Diniz Santana, 2019

Equipamentos turísticos constituem os espaços da CTAP com a finalidade de maior qualidade no atendimento ao público de pessoas com deficiência e seus familiares e com estrutura que permita desfrutar das atrações oferecidas para uma experiência turística de sol e praia inesquecível.

Através dos indicadores foi possível a criação de um parque de recreação (Fig.48) com equipamentos acessíveis para crianças e adultos com deficiências brincarem com fácil acesso de suas cadeiras de rodas. Da mesma forma o Parque das Águas (Fig.49) possibilita uma diversão refrescante nesse ambiente de sol e praia com equipamentos de jatos de água direcionáveis e acionados por qualquer pessoa através de manivelas acopladas em cada brinquedo. Dois ambientes coloridos e agradáveis para toda a família.

Figura 47: Parque de Recreação



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 48: Parque das Águas

Fonte: Diniz Santana, 2019

Para desfrutar de todo o ambiente da CTAP e receber de maneira adequada todos os turistas, incluindo pessoas com deficiência faz-se necessário a transposição de barreiras arquitetônicas com estruturação específica de equipamentos turísticos desenvolvidos de modo a melhor atender a todas as necessidades de lazer. O Praia Bar (Fig.50) possui mesas e quiosques de apoio com dimensões e alturas acessíveis a todos, sinalização tátil, espaço para cadeirantes e cardápio em braile.

Figura 49: Quiosque Praia Bar

Fonte: Diniz Santana, 2019

Os equipamentos de lazer possuem um importante papel na sociedade no momento de descontração pois as pessoas necessitam de ambientes diferentes de suas rotinas diárias para desfrutar de um momento de relaxamento. As passarelas em estruturas de madeira tem áreas sombreadas para mesas de jogos e redes de descanso (Fig.51).

Figura 50: Área de jogos e redes



Fonte: Diniz Santana, 2019

Para uma integração autônoma, segura e confortável de todos os turista, inclusive das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, bem como o uso de todos os produtos e equipamentos turísticos por toda parcela da população, a eliminação de todas as barreiras e utilização do design universal faz-se necessário em toda a construção do cenário. Os módulos com banheiros adaptados (Fig.52) e posto salva vidas (Fig.53) com guardaria de material de apoio como as cadeiras anfíbios encontram-se de fácil acesso e visualização de todos.

Figura 51: Banheiros adaptados



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 52: Posto de Salva vidas e guardaria



Fonte: Diniz Santana, 2019

Para o enfoque principal de usufruir a praia e o banho de mar é feito um acesso a faixa de areia (Fig.54) através de passarelas de madeira que também levam a quiosques a beira mar (Fig.55). A diversão na areia fica completa com o uso de duas quadras de peteca ou vôlei sentado.

Figura 53: Faixa de areia acessível



Fonte: Diniz Santana, 2019

Figura 54: Quiosque na Areia



Fonte: Diniz Santana, 2019

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência de barreiras no turismo de sol e praia impede que as pessoas com limitações tenham condições plenas de viajar nesse ambiente. Superar essas barreiras com uma estrutura adequada gera a inclusão socioespacial das pessoas com deficiência e expande as oportunidades do turismo de sol e praia, garantindo uma experiência segura e agradável a todos.

Este trabalho teve como objetivo geral apresentar uma proposta turística utilizando um cenário arquitetônico de turismo acessível de sol e praia de modo a tornar esses espaços acessíveis a uma crescente parcela da população e cada vez mais interessada pela atividade turística, tornando-se um grande potencial de mercado.

O estudo sobre turismo acessível em praias possibilitou a compreensão da complexidade das ações necessárias para que haja uma verdadeira inclusão das pessoas com deficiência nos espaços de lazer.

A contextualização e o aprofundamento no referencial teórico permitiram a reflexão das inúmeras barreiras que um turista com deficiência enfrenta desde o momento da escolha do seu destino turístico, deslocamento, chegada e retorno. Nesse sentido, o planejamento do turismo pelos órgãos públicos e privados carece de profissionais atentos às exigências deste novo segmento o mercado turístico.

Somente a Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050/2004, com suas soluções pontuais, pois não possui parâmetros e recomendações suficientes para elaboração de um espaço acessível de praia, considerando todo o contexto e a relação com seus elementos. Estudos sobre as demais legislações de acessibilidade e suas barreiras encontradas foram essenciais para determinar os critérios arquitetônicos e urbanísticos a ser contemplados em um cenário turístico de acessibilidade de praia.

A pesquisa de campo demonstrou que, as cidades que implementaram práticas inclusivas com ênfase no turismo acessível de praia fortaleceram-se no aspecto do marketing de destino turístico, agregando mais valor aos seus produtos e serviços ofertados.

No que tange às visitas técnicas empreendidas durante o processo da pesquisa, em especial na Praia de Aruana, em Aracaju, destaca-se uma evolução tanto de práticas inclusivas atitudinais como na implementação de novos equipamentos de lazer acessíveis no Projeto Estrelas do Mar. Esta percepção motiva-nos a continuidade de projetos futuros dirigidos às pessoas com deficiência necessidades especiais.

O conjunto de informações obtidas nas etapas supracitadas possibilitou a elaboração de indicadores de turismo acessível de praia. Esses indicadores cumpriram a missão de demonstrar que as soluções a serem adotadas para se obter uma praia realmente acessível, vão muito além da simples aplicação de normas técnicas existente. Cabe ressaltar que este trabalho utiliza parâmetros que possam ser aplicados em qualquer ambiente de turismo de sol e praia e pode-se afirmar que se alcançou o seu objetivo geral.

Por fim, espera-se que os equipamentos turísticos apontados no Cenário de Turismo Acessível de Praia (CTAP) possam auxiliar profissionais de turismo e arquitetura, entre outros para um melhor atendimento de todas pessoas, incluindo as pessoas com deficiência, e ao mesmo tempo cumprimento às normas vigentes. Tendo assim a acessibilidade como o objetivo de um mundo melhor. Uma sociedade feita para todos é uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. C. L. Acessibilidade no Turismo. 2012. disponível em :< <https://goo.gl/xLwNfQ>> acesso em fev/2018

Algarve Portal.com (2018). Algarve Praias e Desportos Aquáticos. disponível em:< <http://pt.algarve-portal.com/category.php?p=21&location=Faro>> acesso em : março/2018.

AMIUAD, D. Tourisme et handicap : Recherche Sur Les Conditions d'accessibilité Aux Aménités du littoral, 2015. Disponível em:< <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01141039/file/2012AMIAUD33833bis.pdf>> acesso em: outubro/2017

AMORIM, E.; SOARES. C. O turismo acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, Vol. 11, Nº 3, p. 97-10,. 2013. Disponível em < http://www.pasosonline.org/Publicados/11313special/PS0313_10.pdf> acesso em ago/2017.

BELO, A. Z. A. V.; Estudo fenomenológico do corpo no projeto praia sem barreiras em Recife-Pe; Natal,RN, 2015. Disponível em:< <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21859>> acesso em: ago/2017

BENUR, A. M.; BRAMWELL,B. Tourism product development and product diversification in destinations. **Tourism Management**, v.50, p.213-224, 2015. Disponível em < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517715000412>> acesso em ago/2017.

BRASIL, Casa Civil. Lei Nº 10.098. Brasília. 2000. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm > acesso em fev/2018

BRASIL, Casa Civil. Decreto Nº 5.296. Brasília. 2004. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm > acesso em fev/2018

BRASIL, Ministério do Turismo, **Turismo e acessibilidade**: Manual de orientações. 2º ed. Brasília: Ministério do Turismo: 2006; Disponível em: < <https://goo.gl/jzrm94> > acesso em : fev/2018

BRASIL, Ministério das Cidades. **Brasil Acessível**: Construindo a cidade acessível. Caderno 2. Brasília: Ministério das Cidades, 2006a. Disponível em:< <file:///C:/Users/waleska/Downloads/brasil-acessivel---caderno-2---construindo-a-cidade-acessivel.pdf> > acesso em fev/2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo e acessibilidade**: Manual de Orientações. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. disponível em:< <https://goo.gl/DijgEs>> acesso em fev/2018

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**: Introdução a uma Viagem de Inclusão. Volume I. Brasília: Ministério do Turismo, 2009a, 48 p. disponível em:< <https://goo.gl/XVRC7Y>> acesso em fev/2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Acessível**. 26/05/2015. disponível em:< <http://www.turismo.gov.br/publicacoes/item/46-turismo-acessivel.html> > acesso em fev/2018.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Sol e Praia**: Orientações básicas, 2010. disponível em:< http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf> acesso em março/2018.

BRASIL, Casa Civil. Lei Nº 13.146: Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm > acesso em fev/2018

CARLETTO, A. C; CAMBIAGHI, S. **Desenho Universal**: Um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008. Disponível em:< http://maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf> acesso em: fev/2018

DANTAS, E. W. C. Maritimidade nos trópicos: por uma geografia do litoral. 2009. disponível em:< <https://goo.gl/tM3aLs>> acesso em: março de 2018

DARCY, Simon. Cap.: 2; **Setting a research agenda for accessible tourism**, 2006. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/235993179_Setting_a_Research_Agenda_for_Accessible_Tourism> Acesso em fev/2018

DARCY, SIMON. **Setting a research agenda for accessible tourism**. Australia. (2006). Disponível em:< <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.522.5821&rep=rep1&type=pdf>> acesso em fev/2018

DEVILE, Eugénia Lima. O desenvolvimento do Turismo Acessível: dos argumentos Sociais aos argumentos de mercado. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 11,

p. 39-46, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/waleska/Downloads/RT&D-11_p39%20(1)> acesso em fev/2018

DUARTE, Donária Coelho et al. Turismo acessível no Brasil: um estudo exploratório sobre as políticas públicas e o processo de inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 9, n. 3, p. 537-553, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/ZY3dF2>> acesso em fev/2018.

DUDA, J. I. M.; ARAUJO, L. M. Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. **Caderno Virtual de turismo**, v. 14, n. 3, 2014. Disponível em :<<http://www.redalyc.org/pdf/1154/115438829001.pdf>> acesso em fev/2018

DUMAZEDIER, J. **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

FEITOSA, A. R. **Turismo e Inclusão Social**: um estudo sobre as contribuições do marketing social para a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto do turismo no Brasil, RN, 2010

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, São Paulo: editora Atlas, 2008. disponível em:<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>> acesso em : fev/2018

GONZALES, R. Entrevista concedida a Letícia Bianca Barros de Moraes Lima. Rio de Janeiro, 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "1" deste projeto]

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. FADERS: **acessibilidade e inclusão**, Convenção da Guatemala,. disponível em: <<http://www.faders.rs.gov.br/legislacao/6/29>> acesso em fev/2018
Portal de Acessibilidade do RS

HALL, C. M. **Planejamento Turístico**: políticas, processos e relacionamentos. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HOYO, M. M.; VALIENTE, G. C. Turismo accesible, turismo para todos: la situación en Cataluña y España. **Cadernos de Turismo**, n. 25, p. 25-44, 2010. Disponível em <<http://revistas.um.es/turismo/article/view/109561>>acesso em fev/2018

IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protab_l.asp?c=3326&z=cd&o=7&i=P>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

JARDIM, M. P. R. P.. Condições de acessibilidade no espaço público. 2014. Disponível em: <<https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395146462803/Dissertacao.pdf>> acesso em: fev/2018

LIMA, L. B. B. M. et al. O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos Sistur e Talc. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/DYZbjG> acesso em: março de 2018

LIMA, L. B. B. M. Accessible tourism supply services in Spain. In: 2nd International Conference on Tourism Research. Porto, Portugal, 2019.

LOHMANN, G.; PANOSSO, N. Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas. Disponível em <<http://www.martinsfontespaulista.com.br/anexos/produtos/capitulos/534736.pdf>> acesso em ago/2017

LUIZ, J. S.; MACHADO, M. B. T. Percepção da acessibilidade: Uma comparação de alguns atrativos da cidade de Málaga (Espanha) e do Rio de Janeiro (Brasil). **Revista Turismo & Desenvolvimento**, nº 27/28, 2017, p. 231 - 235, 2017. Disponível em:< file:///C:/Users/waleska/Downloads/6528-21156-1-PB.pdf> acesso em: março/2018

MACHADO, G. Entrevista concedida a Waleska Diniz Santana. Paraíba, 3 de março de 2018.

MENDES, Bruna de Castro. Turismo e inclusão social para cadeirantes. Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://periodicos.anhembi.br/arquivos/trabalhos/342667>> Acesso em: 10 de agosto de 2017

MOLINA, S. **Turismo**: metodologia e planejamento. Bauru, SP: Edusc, 2005. 126 p. Coleção Turis.

MONIZ, I. Um turismo de qualidade é um Turismo para todos. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, n. 11, p. 13-36, 2009. Disponível em < <https://goo.gl/zkZ21c>> acesso em: março de 2018.

NETTO, Alexandre Panosso; NECHAR, Marcelino Castillo. **Epistemologia do turismo**: escolas teóricas e proposta crítica. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 8, n. 1, p. 120-144, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5041/504151938008.pdf>> acesso em: fev/2018

NUNES, C. A. A. Turismo acessível: O Caso da Lousã. Coimbra, 2011. Disponível < <https://goo.gl/rYLq2J> > acesso em ago/2017.

NEVES, T. R. **Turismo e acessibilidade: um estudo nos equipamentos turísticos natalenses**, Aquário Natal e Fortaleza dos Reis Magos com base na Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT). Rio Grande do Norte. 2013 Disponível em: <http://monografias.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/5251/1/TondersonRN_Monografia.pdf> acesso em: fev/2018

PACKER, T . CARTER, M. Out of the Blue! Valuing the disability market in tourism (2005). in. DARCY, SIMON. **Setting a research agenda for accessible tourism**. Austrália. (2006) Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.522.5821&rep=rep1&type=pdf>> acesso em: fev/2018.

PORTUGAL, **Ministério da Economia e da Inovação**, 2007 : Plano Estratégico Nacional do Turismo. disponível em <<pl/português/turismodeportugal/publicacoes/documents/pent%202007.pdf>> acesso em ago/2017

PRAIAPARATODOS.com.2018. Disponível em:< <http://www.praiaparatodos.com.br/index.html> > acesso em : março/2018

SIBIRINO, R. S.; FIGUEIREDO, L. Uma análise das condições de acessibilidade nas praias de Florianópolis/Sc. *Projetica*, v-6, n-2, 2015. Disponível em< <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/projetica/article/view/23317>> acesso em ago/2017.

SILVA, B. A. R. Á.. Turismo e acessibilidade na ilha Terceira: da caracterização das necessidades ao design inclusivo de produtos turísticos. 2017. Disponível em: <<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/4230>> acesso em fev/2018

SILVA, B. Entrevista concedida a Waleska Diniz Santana. Aracaju-Se, 2018. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice "2" deste projeto]

ROSARIO, T. V. Projeto “Lousã Destino de Turismo Acessível” – Perceção dos Agentes da Oferta Turística. Coimbra, 2013. Disponível em: < <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/10938>> acesso em: março/2018

TURISMOADAPTADO.com.2018. Disponível em: < <https://turismoadaptado.com.br/prai-a-aces-sivel-e-inclusiva> > acesso em : março/2018

VASCONCELOS, E. T. G. O Turismo acessível no Porto- Análise da oferta turística da cidade. Porto. 2015.Disponível em :< <https://goo.gl/EZGS47>> acesso em: fev/2018

VELHO, R.; “E isso te isola, porque o mundo fica cada vez menor...”: Acessibilidade em transporte público e inclusão social. Revista eletrônica de jornalismo científico, nº 184; Unicamp, 2016; Disponível em: <<http://comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=120&id=1454&tipo=1&print=true>> acesso em : fev/2016.

VILA, T. Domínguez; DARCY, Simon; GONZALES, Elis.Competing for the disability tourism market e A comparative exploration of the factors of accessible tourism competitiveness in Spain and Australia. **Tourism Management**, v.47, p.261-272,2015.Disponível em < <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261517714002088>>acesso em ago/2017.

VILAR, J. W. C.; SANTOS, M. A. N. As áreas litorâneas de Sergipe (Brasil): Da análise geográfica a gestão integrada do território. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-19, 2011. Disponível em:< <https://goo.gl/9EL28X>> acesso em: março 2018.

Zoido, F., De La Vega, S., Morales, G., Mas, R. y Lois, R. **Diccionario de Geografía urbana, urbanismo y ordenación del territorio**, Ariel, Barcelona, 2000. 351p.

APÊNDICE 1 - Entrevista com Ricardo Gonzalez (idealizador do Projeto praia para todos- Rj) concedida a Letícia Bianca de Moraes Lima

Letícia- Como surgiu a ideia do projeto?

Ricardo- O projeto surgiu em 2008, dentro do instituto novo ser, o instituto foi fundado em 2001, inicialmente voltado para a inclusão de pessoas com deficiência de lesão medular, depois ampliou para outras deficiências com mobilidade reduzida. E agente já tinha experiência em outros projetos como por exemplo, uma passeatas no dia nacional das pessoas com deficiências que envolvia todos os ex-alunos da prefeitura e instituições e agente já com alguma experiência nesse segmento capacitou, permitiu que agente pensasse em fazer mais. No meu caso, eu sofri um acidente em 1997, e antes eu sempre fui morador perto da praia, frequentador, surfista, e como todo cadeirante que gostam de frequentar praia, sempre tive uma grande frustração de não poder acessar o ambiente da praia de forma autônoma, segura, tranquila. Então, o cadeirante sem uma estrutura de acessibilidade chega na praia e fica preso ao calçadão, não consegue acessar o ambiente de areia, ir água e tudo mais, isso historicamente é uma grande lacuna, necessidade, demanda para o cadeirante. assim agente pensou: por que não fazer esse tipo de projeto. começamos a ver sobre tecnologia assistida: são instrumentos, equipamentos, produtos que facilitam o dia a dia da pessoa com deficiência a ter autonomia. A cadeira anfíbia, uma cadeira que entra na água, é uma tecnologia assistida. Agente viu que surgiu há não muitos anos atrás, antes de quando começamos, e se tornou acessível, em preço e tudo mais; vimos também esteiras e fomos juntando uma peça na outra. Vimos exemplos fora do país que as pessoas já frequentavam a praia com cadeira de rodas. Então agente resolveu arregaçar as manga e fazer, buscar parcerias, buscar pessoas interessadas, instituições, apoios. Começou aí, dessa vontade de haver acessibilidade na praia que é o principal lazer do carioca e talvez de boa parte dos brasileiros, o Brasil tem cerca de 8000 km de extensão de praias.

Letícia - Ricardo, a questão prática da execução do projeto. Como vocês conseguiram executar? Quais os parceiros foram feitos com o projeto? Essa ONG já existia? A implementação?

Ricardo- Bom, a implementação do projeto como falei primeiro surgiu a ideia. A ideia foi que todo posto de salvamento aqui da orla carioca, aqui tem postos de salvamento em todas as praias, foi que todo posto houvesse uma infraestrutura mínima de acessibilidades para receber as pessoas com deficiência. Continua sendo o objetivo do projeto, agente vai um dia chegar lá. E essa infraestrutura seria o quê basicamente? Seria banheiro acessível, esteira para a passagem de cadeira de rodas na areia, cadeiras anfíbias, rampeamento do calçadão para a parte arenosa feita de concreto e todo o entorno acessível também, para deficiente físico e para outras deficiência, como o deficiente visual, que são os semáforos sonoros para atravessar, piso táctil desde o ponto de ônibus ao ponto do projeto ou posto do quiosque. Então agente montou tudo isso, pensamos em tudo isso e começamos a elaborar o projeto, além de vagas acessíveis para carro, uma rota acessível desde a chegada do ponto de ônibus ou do metro até a praia. Agente pensou, elaborou um projeto, como agente já tinha alguma experiência e começamos a procura parceiros, a prefeitura, empresas privadas, outras instituições.

Letícia - A concepção foi da ONG?

Ricardo- Sim. O instituto Novo Ser concedeu a concepção e implementação também. Nós continuamos gerindo e executando o projeto. Na época não existia acessibilidade na praia, não existia projetos funcionando. O que existia é que foi feita uma tentativa com a prefeitura e uma outra organização que é a CVI, de colocar uma esteira de bambu na praia e o corpo de bombeiros coloca a esteira de manhã e tirava de noite, mas a esteira era simplesmente colocada, foi tirada uma fotografia colocada a esteira e pronto. Depois disso a esteira foi usada simplesmente por barraqueiras, não era usada por cadeirantes, só com uma esteira não tinha acessibilidade. Então agente aproveitou aquele ponto e fez o projeto ali. Trabalhou com a imprensa, trabalhou com as instituições, agente pensou na chegada das pessoas. Teve o olhar que agente costuma ter nos projetos do usuário do projeto, como eu e outras pessoas aqui da instituição tem deficiência, agente já tem esse olhar. Agente transformou aquele ponto no ponto realmente de lazer para as pessoas com deficiência, aí começou a chegar.

Letícia- Quais foram os primeiros pontos?

Ricardo- O primeiro ponto foi no ponto 11 do Leblon, então quando agente começou com a esteira de bambu agente ainda estava importando, comprando os equipamentos. Agente aproveitou, usou em algum momento a esteira de bambu e quando começou a ser usada por cadeirantes, ela não aguentou, não suportou, para você ver que realmente ela não era usada, não era adequada. Aí então agente conseguiu um patrocínio inicial, um apoio da Michelin já no início que ajudou agente a alavancar o projeto . Então agente comprou todo o equipamento, esteiras, cadeiras anfíbios, equipamento de esportes adaptados como frescabol, vôlei. E aí começou o projeto piloto no posto 11.

Letícia- Isso em 2008?

Ricardo- É em 2008 para 2009, no verão de 2009.

Letícia- Os fornecedores desse material? quem são os fornecedores dessas esteiras?

Ricardo- Cada equipamento é um fornecedor, a esteira agente importa da Mobmac, não é brasileira. Agora existe uma esteira nacional, esteira Tredmix, mas agente ainda não utilizou, porque agente achou que a outra era melhor, era mais larga e mais durável, mas já tem essa esteira a partir da demanda da acessibilidade na praia. Pois depois que começou o projeto, veiculação na imprensa, agente apareceu em 2010 se não me engano em Ana Maria Braga, em novela. A novela Viver a Vida ajudou muito a divulgar esse conceito de acessibilidade de praia que as pessoas desconheciam. Já mudando um pouco esse assunto, então agente recebeu visitas, telefonemas, contatos de todos os estados litorâneos do Brasil, agente recebeu visitas, agente fez um mapa no início e tínhamos dezenas de contatos, governamentais, políticos e pessoas físicas, universitários. Então a partir daí começou a ser divulgado, incentivado as pessoas que era possível e agente fica feliz em ver que outras iniciativas que tiveram início e usam nosso projeto como referencia de metodologia, da equipe que agente usa professores de educação física, terapeutas, voluntários, as atividades que agente faz e tudo mais. Fechando o parêntese e voltando para a questão dos fornecedores. A cadeira anfíbia é nacional o fornecedor é OrtoBrás e Ortomix, agente compra na representante que é a Cadernaria, tem além da esteira agente usa um piso, um piso usado em eventos para forrar o piso gramado por exemplo, agente

usa esse piso que é chamado Easyfloor que agente usa como passarelas, e o piso agente usa tendas, para revestir as tendas, para circulação dos cadeirantes na área do projeto. E os outros equipamentos com diversos fornecedores, mas o que é mais complicado é a esteira mesmo, é mais caro e é importado o que agente usa. mas são coisas que vão surgindo, fornecedores, também já ouvimos falar em iniciativas que produzir aqui as esteiras. Tem a esteira de bambu também que em São Paulo estão fazendo. Hoje em dia esses equipamentos são mais acessíveis.

Letícia- Hoje a contrapartida governamental. O q vocês tem dentro do projeto como efetivo? Vocês tem um montante anual ou não?

Ricardo- Não, agente tem parcerias institucional. A prefeitura ela é parceira para as licenças por exemplo, para obras de acessibilidade, o ano passado agente fez inauguração da rampa do posto 3 ela foi construída junto ao posto 3 da Barra da Tijuca, agente não tinha essa rampa além disso o banheiro foi quebrado então a prefeitura é responsável por isso.

Letícia- E o Governo estadual?

Ricardo- Sim, a Secretária de defesa civil que é estadual, é parceira no Corpo de Bombeiros com o Grupamento Marítimo, ele apoia o projeto no armazenamento dos materiais, no transporte dos materiais, que agente coloca nossos materiais lá no Grupamento Marítimo 2 que é o da Barra da Tijuca o 3 que é o de Copacabana, agente usa como base de apoio.

Letícia- Quem monta quando começa mesmo? A equipe que monta?

Ricardo- A equipe é toda nossa, agente tem uma equipe técnica composta por fisioterapeutas e profissionais de educação física, terapeutas ocupacionais também, estagiários dessa áreas e voluntários de qualquer área. Formam nossa equipe.

Letícia- E essas pessoas? Elas são todas voluntárias? Como é que elas trabalham?

Ricardo- Tem aparte voluntária e tem essa equipe técnica que são equipes que recebem ajuda de custos, são remuneradas nos dias do projetos. Os voluntários agente fornece uniforme e lanche e passagem para eles e agente tem pessoas dos serviços gerais que fazem a montagem dos equipamentos que agente utiliza.

Letícia- Quando começa o verão, por exemplo vai começar mês que vem, aquela estrutura ela fica lá ou vocês montam e desmontam?

Ricardo- Agente monta e desmonta por dia, agente tem uma carretinha que leva, sai do Corpo de Bombeiros mais próximo e leva de manhã cedo, uma hora antes do projeto ser montado. Então a esteira, tenda e os equipamentos esportivos. Agente busca um dia ter o local de armazenamento desses no Corpo de Bombeiros, no posto de salvamento aliais que é simplesmente estender a esteira e usar os equipamentos; mas atualmente agente faz dessa maneira. São muitos equipamentos porque agente também trabalha com várias atividades, tem surf, tem handbike, tem vôlei.

Letícia- Ai hoje essa equipe de vocês são em torno de quantas pessoas?

Ricardo- Variam de 20 pessoas por ponto.

Letícia- No começou você falo que começou no Leblon?

Ricardo- Sim no Leblon, no ano seguinte agente fez um itinerante na Barra da Tijuca no posto 3, Ipanema, Leblon posto 11 e não me lembro mais dos postos. Foi Barra, Ipanema, Copacabana e Piscinão de Ramos. O objetivo era justamente agente entrar em outras comunidades, outros cenários, atingir outros públicos e mostrar que era possível fazer o projeto em qualquer praia desde que houvesse uma pesquisa e uma adequação. Depois disso em 2011 agente fixou na barra da tijuca que foi o ponto que teve maior adesão e que tem maior estrutura que tem uma praça em frente, que um ponto de ônibus, estacionamento, bastante estacionamento, é só atravessar a rua no final, tem um posto de salvamento em frente, posto 3 da barra da Tijuca. Lá agente conseguiu junto a prefeitura todo o entorno de alisamento do asfalto, rampeamento, a rampa depois de três anos, teve que ter autorização do patrimônio histórico, acessibilidade do banheiro, etc. Semáforo sonoro também para o deficiente visual e isso foi em 2011 que agente fixou no posto 3. Em 2013 agente conseguiu uma parceria com o Corpo de Bombeiros, com o Grupamento Marítimo 3 e agente conseguiu uma cipa e estendeu o projeto para Copacabana também, sábado na Barra e domingo em Copacabana. Em 2014 agente conseguiu um apoio de retornar o patrocínio com a Michelin que fez com que permitiu que agente duplicar o projeto, 2013 agente fazia Barra um ponto no sábado e um ponto no domingo, era uma equipe só que se dividia. A partir de 2014 agente fez os dois pontos simultaneamente, agente teve que dobrar a equipe e além disso agente fez sábado e domingo, então atualmente desde 2014 funciona assim. sábado e domingo, tanto na Barra como em Copacabana das 9:00 as 14:00 da tarde na temporada do verão durante 5, 6 meses agente faz.

Letícia- Vocês tem por exemplo números assim, nós atendemos tantos deficientes físicos, nós atendemos tantos deficientes intelectuais, temos tantos deficientes visuais?

Ricardo- Tem, agente tem um relatório que posso te passar. Agente atende em média no pico do verão 40 usuários de todas as deficiências. Agente tem uma estatística de deficiência física é de 95%, tem algumas pessoas com deficiência visual e intelectual, e mobilidade reduzida, são as pessoas idosas, que entram também como público alvo do projeto, que tem idade avançada em Copacabana, que tem muitos, eles tem dificuldade de locomoção, alguns usam cadeiras de rodas, essas pessoas idosas, e na areia que é difícil, então é um público bastante importante, significativo. Tem o caso de dona Marina por exemplo, que ela era nadadora, fazia travessia no mar e estava afastada desse lazer, no projeto ela voltou e estar sempre lá, vai com a família, faz aniversário com agente, nada, deu um depoimento belíssimo. temos casos incríveis assim.

Letícia- Dentro deste contexto , desde 2008, qual a maior dificuldade que você sente? Quais as principais barreiras neste trajeto?

Ricardo- No início era atitudinal, agente provar que era possível e fazer acontecer, agente achavam que era maluco, era um sonho, "muito bonito esse projeto, lindo" mas apoiar e acreditar...agente teve que começar do zero, realmente, no início até conseguir, chegar ao ponto que está hoje teve muitas barreiras nesse sentido. Mas em geral as pessoas recebem bem, após agente iniciar e mostrar que era possível, e ser o sucesso que foi desde o início, agente tem recebido muitos voluntariados, a própria mídia que espontaneamente procura, de todos os veículos, hoje não vejo como uma barreira atitudinal, há não ser no início. O que eu vejo é, aqui no Rio especialmente é o envolvimento do setor público, políticas públicas efetivas, por exemplo, agente está aqui como organização não governamental fazendo o

que em tese deveria ser do governo, por que está na lei, é obrigação ter acessibilidade, mas se sabe que a realidade não é essa, não só na praia mas em qualquer lugar, você vai e não tem acessibilidade, anda mais na praia que é um lazer. Então agente ver que a prefeitura ela é parceira em alguns momentos mas poderia fazer muito mais, agente poderia estar muito mais avançado.

Letícia- Quanto ao custo? Ele é auto sustentável para a ONG?

Ricardo- Então agente já fez projetos sem patrocínio, agente fez com voluntariado, agente fez com o q tinha, nunca deixamos de fazer o projeto. Quando a Michelin retornou, agente quadruplicou o projeto na verdade, eram dois dias se transformou em quatro dias, agente conseguiu avançar para Copacabana, agente com recurso pensar em expandir o projeto.

Letícia- E hoje já dispõe de quantos postos ?

Ricardo- 2, Copacabana e Barra.

Letícia- O Leblon não tem mais?

Ricardo- Praia para todos não. Tem uma escola de surf de outra instituição que faz escola de surf lá. Mas o Praia para todos que é acessibilidade, é receber as pessoas na praia, por que as pessoas vão na praia e 95% ou mais é para mergulhar na água, não é para jogar vôlei ou praticar surf ou qualquer atividade, tem gente que vai só para estar na areia.

Letícia- A questão de pesquisa científica? Estatísticas?

Ricardo- Quando a pessoa vai, agente faz um cadastramento, não só para os contatos e dados pessoais mas saber por que ela está lá, a quanto tempo ela não frequentava a praia, que é a principal pergunta. Quanto tempo ela não mergulha no mar? Para mim é a pergunta mais impactante. E outras coisas, se pratica esporte, se estuda.

Letícia- Foi iniciativa de vocês?

Ricardo- Desde o início agente faz cadastros.

Letícia- Qual a perspectiva de futuro? Em relação a ONG? Quais outras frentes?

Ricardo- Agente tem o projeto de futebol, de cadeiras de rodas, projeto de palestras e cursos, para alunos do ensino médio sobre acessibilidade e inclusão, consultoria do praia para todos e agente está com nova frente da tecnologia inclusiva, desenvolvimento de aplicativos.

APÊNDICE 2 - Entrevista com Bayron Silva, idealizador do Projeto Estrela do Mar- Se, concedida a Waleska Diniz Santana em 25/09/2018

Waleska- Como surgiu o projeto Estrela do mar?

Bayron- O projeto estrele do Mar surgiu da ideia fazer uma ação inicialmente voltada para adolescentes em situação de vulnerabilidade, crianças e adolescentes da região da Atalaia e coroa do meio, que tivessem com baixo rendimento escolar e que fossem oriundas de um

programa da polícia chamado PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência da Polícia Militar do Estado de Sergipe (Proerd/PMSE) .

Waleska- Então no início não atendia a questão da acessibilidade ?

Bayron - Isso, a ideia inicial do projeto não era acessibilidade né? Era voltado a atenção das pessoas em situação de vulnerabilidade; eu em função de ser policial militar, eu queria usar o esporte que gosto de praticar para transformar jovens e adolescentes da região que eu moro, que tinham muitas possibilidades de enveredar pelo mundo do crime e trafico ou até mesmo ou fato de não querer estudar, é um fato de incentivo. Só que no meio da execução do projeto, já tinha elaborado o projeto em si, estávamos próximos a executar, quando uma das pessoas eram um dos componentes da ideia, seriam eu , meu primo e mais alguns amigos; meu primo foi vítima de um assalto, tentou evitar um assalto na verdade de uma criança 11 anos e foi vítima da violência, ele morreu por R\$ 6,00 reais e um celular, por uma pessoa que ele nunca viu, nem conhecia. Como eu fiquei muito impactado com a morte dele, tentando ajudar alguém, eu não consegui mexer com o público alvo que tínhamos pensado, que eram esses adolescentes das regiões mais críticas de violência de Aracaju, do bairro que eu morava e adjacências do bairro; eu pensei em fazer uma outra ação homenageando ele e elencando um outro público, que eram as pessoas tivessem algum tipo de deficiências, inicialmente foi pensado em deficiência intelectual, pessoas com síndrome de down e autismo, já que eram algo empírico ainda e assim não sabíamos o resultado e também a aceitação diante da proposta que foi feita para os responsáveis, e também por não precisar fazer muitas adaptações nos equipamentos e nem também nas dificuldades que seriam penetrando pessoas que tivessem quer ter uma adaptação do ambiente e dos profissionais que iriam trabalhar com eles.

Waleska - E que ambiente era esse que você usava no início?

Bayron - sempre foi, já que o objeto, o instrumento que a gente pensou de transformação era a prática do bodyboard, uma modalidade de surf que usa uma prancha que não machuca, o lugar que seria feito era na praia e como pensei em pessoas com deficiências intelectual em tese não teriam mobilidade reduzida, então os meios que eu já possuía, que eram as prancha, eu conseguiria dar o pontapé inicial do que eu pensava.

Waleska - Você começou com o apoio de quantas pessoas?

Bayron - Eram familiares na verdade, minha esposa e meus irmãos que eram praticantes de surf e mais seis amigos, que sabiam a prática de bodyboard, a minha irmã que é pedagoga com especialização em educação inclusiva, ela fez pós graduação, um amigo na graduação de educação física, minha cunhada ela é assistente social e me ajudou na formatação para fazer a abordagem na APAE, que era o alvo das pessoas que nós a gente queria atingir, que era a instituição que não era privada e que tinha pessoas que não tinham recursos financeiros para fazer qualquer prática esportiva .

Waleska - Já ia te perguntar isso. Como você captou essas pessoas? Então foi na APAE?

Bayron - O primeiro local de busca do público alvo, propenso de alunos foi a APAE, e no momento lá a gente propôs para as famílias de pessoas com tinha deficiência intelectual, retardo, síndrome de down e autismo.

Waleska - Então tudo começou com a família ajudando?

Bayron - Mesmo eu nunca tendo pensado em trabalhar com pessoas com deficiência a formação da minha irmã bem ajudou ao projeto .

Waleska - E que momento teve essa mudança e você percebeu esse novo público de mobilidade reduzida?

Bayron - Então, por praticar vários esportes eu nunca via muitas ações de inclusão voltada para os esportes e principalmente os esportes tido como radicais e elitistas com o surf e o bodyboard, os equipamentos não são baratos. Por ser uma paixão de estar no mar, todo o contato com a natureza, a gente pensou que isso aliado a fazer as práticas que a gente pensou com pessoa que também não tivessem nenhuma indicação, por que o projeto não é só para pessoas que tem deficiência; concomitantemente fazem atividades com pessoas que não tem nenhuma indicação, isso pudesse trazer um benefício muito grande a eles. E não só a eles né?

Waleska - Você teve alguma dificuldade inicial de implantação do projeto com esses deficientes?

bayron- na verdade a maior dificuldade, ou dificuldade inicial foi não acreditarem que nós estávamos propondo algo sem a finalidade eleitoral ou política e sem fins lucrativos, porque na época que propormos isso na APAE, ela estava passando por uma intervenção e o ministério público tinha nomeado gestores em função dela ter sido alvo de enquetes de mal gestão, algumas instituições públicas do estado na época, passavam por processos de intervenção e investigação por mal gestão ou apropriação indevida dos recursos que eram destinados a ela.

Waleska - Como foi a receptividade no início do projeto, dos participantes e familiares?

Bayron - Eles nunca tinham visto um esporte que é feito na praia, onde mesmo por uma pessoa sem uma limitação ou podemos dizer deficiência; os pais tem muito medo desse contato com o mar, pelo risco que isso incorre e a gente mostrar para aquelas famílias que a atividade que eles iam fazer, que eles iam proporcionar para os filhos deles era algo que fosse além de muito prazeroso, seguro e que a gente acreditava que poderia trazer benefícios em todas as áreas que eles precisavam.

waleska - Um auxílio até no tratamento de cada um?

Bayron - Isso, o que acontece , muitas vezes as ações que eles fazem de cunho social, de socialização são restritas ao ambiente de própria instituição, onde só existe pessoas com as mesmas limitações. Foi uma quebra de paradigma tanto para as famílias como para as pessoas que iam trabalhar comigo, já que a maioria não tinha contato com pessoas com deficiência, pois não era o universo que eles trabalhavam. Então, a gente quebrou resistência de vários lados, por que havia uma perspectiva de resistência das famílias, porque era algo tido como perigoso, e também das pessoas em virtude de se cocolarem voluntariamente para trabalharem com um público que não era o público deles e na verdade correndo riscos de ser imputado alguma responsabilidade civil em virtude de algum fato que acontecesse já que era algo muito novo para ambos.

Waleska- Quando você mudou o público e foi trabalhar com os deficientes você precisou de matarias, equipamentos especializados para eles. Como você conseguiu esses materiais, como você fez para começar a fazer essa mudança?

Bayron - Como foi com pessoas com deficiência intelectual, o pontapé inicial, na verdade quem teve que se adequar foram as pessoas, os instrumentos e equipamentos não, por que como não era um público que eles já não tinham trabalhado, elas não conheciam esse público, a adequação foi só um entendimento de como funcionava cada síndrome que a gente trabalhou inicialmente, tanto as limitações físicas, a exemplo da pessoa com síndrome de down ela que tem algumas especificidades com relação as articulações, então a gente teve de capacitar com uma capacitação mesmo que mínima, todos os voluntários, de como era esse universo dessas duas deficiências que a gente começou a trabalhar; Quais eram as limitações que a gente tinha com relação tanto a cognição, por que você tinha que passar alguns conceitos para elas de entendimento, como também as limitações físicas de como a gente trabalharia as questões motoras com elas. Então, inicialmente foi isso, de equipamentos, não que só vieram essas mudanças com atendimento a outras deficiências, a outras especificidades de pessoas com deficiência.

waleska- Foi quando você teve que colocar as cadeiras anfíbios?

Bayron - Com o resultado da satisfação tanto das pessoas que atendíamos com síndrome de down, como das seus familiares, eles ficaram muito felizes com as atividades que os filhos estavam desenvolvendo, a propaganda boca a boca que ocorreu das famílias dentro das instituições, por que alguns faziam parte de mais de uma instituição; a gente foi aumentando a demanda e tivemos que acolher essas deficiências que em tese não tínhamos planejado para atender e aí com essas necessidades, a exemplo de pessoas com paralisia cerebral que tem os movimentos reduzidos, alguns andam de cadeira de rodas, outros muletas ou andador, a gente teve que buscar equipamentos para atender da melhor forma possível.

Waleska - Como vocês conseguiram esses primeiros equipamentos?

Bayron - Como a gente tem uma instituição sem fins lucrativos e que as pessoas que participam assistidos pela iniciativa simplesmente e unicamente vivem do benefício chamado BBC, que são para famílias carentes que possuem filhos com deficiência, qualquer sugestão de contribuição poderia fazer parte no dia a dia deles, então a gente tinha que mobilizar a sociedade e mostrar a necessidade da aquisição desses materiais para uma execução melhor de trabalho e atender maior dignidade as pessoas que a gente já atendia. Então mobilizamos um pessoal de uma igreja aqui de Aracaju, foi a igreja Sagrado Coração de Jesus, que fica próximo ao colégio CCPA, eles fizeram um festival de tortas, onde eles mesmo fizeram as tortas e eles mesmos foram as pessoas que consumiram durante uma missa e foi arrecadado o primeiro valor para a comprar da primeira cadeira. Daí em diante a gente foi tendo o reconhecimento da sociedade como uma ação que poderia ser encarada como política pública do governo ou do município, eu falo do governo estadual e municipal, e que seria uma obrigação constitucional, ou executar ou apoiar alguém que fizesse essa parte que seria do governo.

Waleska - Algum momento você algum apoio governamental nessa fase inicial?

Bayron - No início nós não tivemos, acredito que no terceiro ano de execução conseguimos que o governo do estado viabilizasse o acesso das pessoas a iniciativa, não foi o apoio a minha iniciativa, ele viabilizou para que as pessoas que tinham o direito ou a oportunidade do acesso a praia, acesso a prática, por que as pessoas que estavam lá mas não tinham

como chegar. O governo viabilizou indiretamente, não foi uma ajuda direta para que o público tivesse acesso as práticas.

Waleska - Foi através de que? meios de transporte?

Bayron - Secretaria Estadual de Esporte e Lazer, ela inicialmente conseguiu o transporte e em um momento posterior alguns equipamentos foram doados.

Waleska - E a equipe de apoio hoje, a gente percebe que tem outros profissionais ligados ao projeto. Foi a partir do momento que vocês diversificaram, foi com o crescimento do projeto, Como foi que essas equipes foram formando? Como é essa parceria com essa equipe?

Bayron - Acredito que com a publicidade das ações que eram desenvolvidas e com a diversidade das pessoas que a gente atendia, a gente chamou a atenção das universidades, no momento que as universidades também tem a sua responsabilidade social na formação do cidadão, não só técnico profissional, mas sim a formação do cidadão, isso fez com que elas dispusessem de alunos de alguns cursos que tinham haver com o trabalho que a gente desenvolve para que eles tivesse na prática o contato com as pessoas com quem a gente trabalha a exemplo do curso de educação física, existem disciplinas voltadas para a inclusão que eles teriam a oportunidade de trabalhar na praia com um publico que eles não teriam essa vivência mais contínua da disciplina. Então a Universidade Tiradentes, através do curso de educação física visualizou nosso espaço como num campo de estágio supervisionado, o curso de fisioterapia e psicologia fazem trabalhos de extensão com disciplina específicas onde eles vão até lá e trabalham não com o público diretamente que a gente atende, mas com seus familiares, como tipo o curso de psicologia vai fazer trabalhos ou oficinas como eles chamam de cuidar de quem cuida, já que os pais não são objetos principal da iniciativa, então eles desenvolvem ações com seus familiares; fisioterapia fazem a mesma coisa, só que no nosso caso é com o público direto, eles fazem avaliações com os alunos por algum tempo para ver quais foram os ganhos que eles tiveram com as atividades complementares as que eles tem nas instituições que eles fazem parte.

Waleska - A assistência já expandiu para toda a família?

Bayron - As vezes a gente não consegue visualizar o campo de atuação de trabalho que a gente faz, a dimensão da atuação, até chega e até onde vai nossa responsabilidade no momento que se trabalha com pessoas com deficiência.

Waleska - Vocês assistem hoje a quantas pessoas?

Bayron - Em tese temos 135 cadastros, onde 115 são pessoas com algum tipo de deficiência, as outras teriam sido como típicas, que são pessoas sem limitação aparente;

Waleska - Como está hoje o custo para manter esse projeto, agora que aumentou tanto? Se você tem alguma verba direta peridica ou só com os eventos?

Bayron - Hoje a legislação faz com que qualquer apoio de numerário ou de verba, das instituições que destinavam, sejam através de editais, a gente não tem nenhuma verba contínua para o custeio do projeto; por iniciativa própria a gente mobilizou algumas instituições e alguns parceiros para um único evento que é a feijoada com o objetivo de prover os custos básicos da iniciativa, a gente faz uma feijoada anual, para um público cerca

de 600 a 800 pessoas, e através desse recurso , precariamente a gente consegue manter o básico para a realização das atividades semanais.

Waleska - Então não tem ainda nenhuma parceria privado ou pública?

Bayron - Que custei a atividade, não..

Waleska - E para atender esses assistidos? Eu vi que você tem uma equipe grande voluntários fixos, além desses voluntários que você falou que são os estudantes de alguns cursos. Como você faz para manter? Por que pelo o que você falou no início da sua história, vocês se juntaram, a família. E essa equipe agora, como você faz para manter?

Bayron - Assim como tem a universidade de alunos, de assistidos, eu tenho também uma diversidade de profissionais na iniciativa; eu tenho voluntários de estudantes de ensino médio, que são as pessoas muito motivadas na prática, na execução das atividades, eu tenho voluntários de outras áreas que ajudam na parte administrativas, já que é uma instituição e precisam de profissionais de várias áreas para que ela funcione normalmente, a exemplo do administrador mesmo sem a gente mexer com recurso público, financeiro ou privado direto, a gente tem alguém para fazer a contabilidade e administração. A gente precisa de alguém para poder fazer a gestão de marketing e publicidade da instituição, a gente precisa de alguém para poder fazer o levantamento do pessoal, das pessoas, quais são as necessidades que elas tem, diagnósticos. Então são vários profissionais que de forma voluntária, por que a gente não tem nenhuma condição financeira para poder pagar. Tem acadêmicos de enfermagem que são voluntários, fisioterapia, educação física, para que diante de alguma necessidade a gente possa atender. A gente tem um bombeiro militar, e apesar da gente se cercar ao máximo de toda segurança, temos um bombeiro militar que faz a segurança no mar.

Waleska- Isso é parceria com o Corpo de Bombeiros ou iniciativa sua?

Bayron - Iniciativa nossa, em virtude da gente tentar minimizar as responsabilidade civil penal por qualquer ato que ocorra, qualquer incidente já que sou o responsável.

Waleska- E o Corpo de Bombeiros não pode disponibilizar?

Bayron - O corpo de Bombeiros se negou, nas reuniões com ao Ministério Público, da responsabilidade dizendo da falta de efetivos, para q pudesse ter somente por duas horas um bombeiro para poder fazer a segurança no mar em uma atividade que ele diria como política pública.

waleska - Bayron, quais são suas perspectivas para o futuro? O que você sonha com o projeto?

Bayron- O bodybord foi só uma maneira que eu encontrei para poder agregar as pessoas e de alguma maneira fazer com que elas chegassem ao o que todo ser humano quer chegar que é se sentir ou ser feliz, estado ou permanência de estado. ser feliz, independente de possuir alguma deficiência. Mas a gente sabe que de alguma maneira a gente pode fazer mais pela sociedade, por outros grupos e ampliar as ações, não só para esse grupo específico de pessoas, mas para aquelas pessoas que são carentes de alguma atividade que possam proporcionar para o bem estar, uma capacitação, algo que faça com que elas

sejam livres de volta, serem reinseridas na sociedade e terem seu lugar garantido enquanto cidadão.

Waleska- E para atender isso, o que você precisa de estrutura, de parcerias? O que seria necessário para você atingir esse sonho?

Bayron - O primeiro passo seria uma sede própria, para que a gente pudesse ter um local para desenvolver ações que estão alencadas no nosso estatuto. Essa é só uma das ações que a gente acredita que pode desenvolver, mas é a única pela limitação de espaço e financeiro. A gente já teve algumas pessoas procurando, pelo trabalho que a gente desenvolve, se voluntariaram para desenvolver outras ações e projetos, mas bate no entrave no limite da gente não poder ter uma sede própria, por não ter recursos, para desenvolver o que a gente acredita que vá agregar valor a sociedade e fazer a diferença na comunidade em que a gente convive, e nos espaços que a gente sabe que são necessários.

Waleska- Parabéns pelo seu projeto, é fantástico.

Bayron - Obrigado, obrigado por você ter abraçado a nossa causa e estar tentando fazer com o seu conhecimento a transformação que a gente quer ver na sociedade que a gente vive. a gente sempre cobra muito das instituições, governo e estado, mas a gente sabe que quando a gente dá o pontapé inicial as coisas vão acontecendo. A cidade civil tem o poder de transforma, e só ela se unindo é que vai fazer que o Estado cumpra seu papel em tudo que é lição dele.

Waleska - Obrigado por você me deixar fazer parte disso.

Bayron - Só agradeço a você.